



# Teologia Brasileira

Nº 99 | 2023 ISSN 2238-0388

Cristo e os poderes espirituais em Colossenses <i>Diego dy Carlos</i>	5
O uso de catecismos na tradição batista <i>Juan de Paula</i>	12
O desespero da Primeira Arte: Uma análise apologética da música do século 21 <i>Jefferson S. Oliveira</i>	19
Os evangelhos sinóticos: uma resolução sobre a divindade e autoridade de Jesus no evangelho de Mateus 9.1-8 e sua correspondência com a teoria dos atos de fala <i>Luiz Antônio Silva</i>	31
Lançamentos	50

# Teologia brasileira, uma produção de Edições Vida Nova

**A** Revista Teologia Brasileira tem o objetivo de proporcionar um espaço para discussão e produção de teologia que seja bíblica, confessional, relevante, sensível e aberta ao diálogo sobre temas que contemplam a realidade de nosso país. Para isso, contamos com o apoio de uma equipe que, em contato com pesquisadores, pastores, mestres e escritores, torna possível a veiculação de conteúdo que estimule a reflexão bíblica e teológica.

## Conselho editorial

Franklin Ferreira

Coordenador de produção:  
Sérgio Siqueira Moura

Contato:  
[teogiabrasileira@vidanova.com.br](mailto:teologiabrasileira@vidanova.com.br)

## Editorial

**E**stá disponível mais uma edição da revista Teologia Brasileira!

Nesta edição, Diego dy Carlos discute como as pessoas na época do Novo Testamento enfrentavam o problema perturbador de como viver em um mundo dominado por poderes espirituais malignos.

Juan de Paula fala sobre o uso de catecismos na tradição batista.

Jefferson S. Oliveira, por sua vez, procurar aproximar os leitores da forma schaefferiana de pensar a música no contexto cultural de nossos dias e sugerir maneiras de lidar apologeticamente com isso.

Por fim, o artigo de Luiz Antônio Silva versa sobre os evangelhos sinóticos.



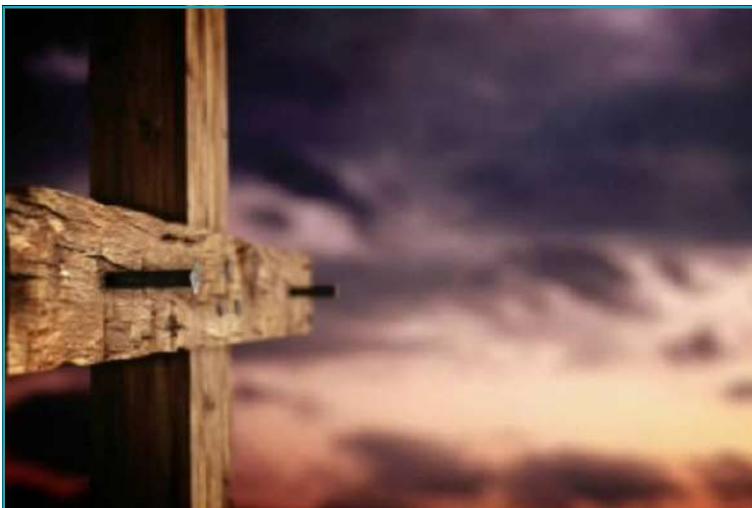
Assista ao vídeo!

Nesta palestra apresentada durante o 11º Congresso de Teologia Vida Nova, Michael Horton explora a relação do Espírito Santo com a doutrina da Criação.



# Cristo e os poderes espirituais em Colossenses

*Diego dy Carlos*



Uma das questões mais fundamentais que pessoas na época do Novo Testamento enfrentavam era o problema perturbador de como viver em um mundo dominado por poderes espirituais malignos. Eles acreditavam que o universo era povoado por divindades vingativas e caprichosas que tinham o poder de interferir no dia-a-dia das pessoas e até mesmo determinar seu destino. A existência humana era marcada por um profundo sentimento de medo e ansiedade diante do divino. Os romanos chamavam esse sentimento de *deisidaimonia*, ou “medo do sobrenatural.”

Estudiosos do Novo Testamento têm chamado a atenção para a importância do sentimento de *deisidaimonia* para entendermos como alguns falsos mestres conseguiram perturbar os crentes colossenses com seus ensinamentos sobre poderes espirituais do mal. A interpretação mais natural desses poderes é que eles se referem a seres espirituais pessoais. Sua importância para o “sistema” do falso ensino em Colossos poder ser deduzido pelo número de referências que Paulo faz a eles em uma carta tão pequena (Cl 1.13,16; 2.8,10, 15,18,20). O apóstolo chama o falso ensino de “filosofia vazia e enganosa” (Cl 2.8). Ela tinha potencial para enganar os colossenses e causar sérios danos à sua fé.

Mas exatamente como os poderes poderiam incomodar os colossenses? A resposta que Paulo apresenta na carta sugere que os crentes poderiam estar com medo ou fascinados com eles, ou talvez ambos. O apóstolo enfatiza a superioridade de Cristo sobre os poderes espirituais (Cl 1.16; 2.9), sua vitória definitiva contra eles na cruz (Cl 2.15) e a participação dos crentes na vitória de Cristo por meio de sua identificação com ele (Cl 2.20). Além disso, Paulo também menciona algumas questões envolvendo “adoração de anjos” (Cl 2.18). Em suma, em sua resposta à ameaça representada por esses seres espirituais, Paulo tranquiliza os colossenses ao reafirmar a supremacia de Cristo sobre todo o cosmos, incluindo os poderes, bem como sua suficiência para a fé e a vida do crente.

Mas antes de examinarmos isso mais de perto, precisamos primeiro dar um passo atrás e abordar uma questão preliminar: o que Paulo realmente quer dizer com toda essa conversa sobre poderes espirituais? Para os contemporâneos do apóstolo, a resposta seria óbvia. Já em algumas partes do mundo hoje, a resposta não é assim tão evidente. O mundo ocidental pós-iluminista, por exemplo, é, no geral, predisposto a rejeitar qualquer coisa que não possa ser cientificamente comprovada. Não há espaço para o sobrenatural na era da razão. Por outro lado, isso ainda não é tão forte no Brasil, onde a cosmovisão acomoda sem dificuldade a crença no sobrenatural. Para nós, brasileiros, a percepção do mundo espiritual é diferente da do ocidente.

Seja como for, o que realmente importa é a percepção que o próprio Paulo tinha do mundo espiritual. A pergunta, portanto, é: ele entendia os poderes como meros mitos ou como entidades espirituais pessoais reais?

## Mito ou verdade?

O apóstolo Paulo não gastou muita tinta articulando sua visão do mundo angelical. Mas, a partir de suas cartas, podemos concluir que ele certamente acreditava na existência de seres espirituais pessoais. Ele também acreditava que alguns deles são hostis a Deus e que, apesar de já estarem sujeitos a Deus e a seu Filho Jesus Cristo, continuavam ativos no mundo (cf. Rm 8.38-39; 1Co 15.24; Ef 1.20-21; 6.12).

A convicção de Paulo no mundo angelical está em harmonia tanto com a tradição do Antigo Testamento quanto com a tradição judaica mais ampla. Entretanto, sua percepção dos poderes foi radicalmente reconfigurada pelo evento

Cristo, que em sua crucificação desferiu um golpe mortal nos poderes (Cl 2.15). Em muitos aspectos, a cosmovisão da “filosofia vazia e enganosa” era semelhante à de Paulo e à da Bíblia como um todo. A preocupação principal do apóstolo, no entanto, não foi detalhar sua compreensão do mundo angélico, mas proclamar a supremacia de Cristo sobre o reino das trevas e mostrar como os crentes deveriam se perceber em relação aos poderes.

Como observamos acima, sociedades ocidentais contemporâneas tendem a descartar a realidade de uma dimensão espiritual da existência. Assim, com uma pressuposição anti-sobrenatural em mente, para explicar esse aspecto da Bíblia, alguns *desmitologizaram* as referências ao sobrenatural nas Escrituras, interpretando-as meramente como exemplos de superstições antigas. Aqueles que adotam essa abordagem tendem a ignorar a fonte de tal atitude para com o sobrenatural, a saber, a leitura do texto mediante as lentes do racionalismo — uma ideologia predominante no Ocidente desde o Iluminismo na qual não há espaço para o sobrenatural. Mas, se submetermos nossa mente ao escrutínio das Escrituras e permitirmos que elas moldem nosso entendimento, o entendimento que obtemos da realidade é bem diferente.

Em contrapartida, a mensagem de Paulo aos colossenses é recebida sem espanto em várias partes do mundo — como no Brasil — onde o reino espiritual é, em geral, visto como parte integrante da existência. Há até mesmo algo semelhante à *deisidaimonia* romana no Brasil. Somos um país supersticioso em que o medo e o fascínio por seres espirituais são características intrínsecas à nossa visão de mundo. Assim como os colossenses do primeiro século, brasileiros não têm dificuldade em acreditar na existência de poderes espirituais malignos e sua influência sobre acontecimentos e indivíduos. Nesse aspecto, a cosmovisão do Brasil está mais alinhada com a dos colossenses do primeiro século do que muitas cosmovisões que encontramos no Ocidente.

## Supremacia cósmica de Cristo

A supremacia de Cristo é descrita com linguagem elevada em Cl 1.15-20, um texto em forma de poema no qual Paulo apresenta uma das reflexões mais profundas no Novo Testamento sobre a natureza e a obra de Jesus Cristo. Nela, ele celebra Cristo como Soberano tanto sobre a criação original (v. 15-17) quanto sobre a criação reconciliada, ou nova criação (v. 18-20).

O “poema” constitui uma unidade teológica crucial sobre a qual Paulo constrói boa parte de sua reflexão e exortação teológica em Colossenses. Ele o introduz lembrando aos crentes que Deus resgatou seu povo de maneira semelhante ao êxodo (cf. Ex 12), cujo resultado é vitória sobre o “reino das trevas” e perdão dos pecados (Cl 1.12-14; cf. At 26.18). Conforme Paulo expande a ideia da redenção dos crentes nesses versos (v. 15-20), ele declara a supremacia de Cristo sobre o domínio das trevas usando como argumento a agência de Cristo na criação original de “todas as coisas.” Os poderes foram criados *em* Cristo, *por meio* de Cristo e *para* Cristo (Cl 1.16; cf. v. 17).

O apóstolo retoma a relação entre o Filho de Deus e os poderes no versículo 20. Agora, ele declara a supremacia de Cristo sobre o universo em sua obra de reconciliação, ou nova criação. Paulo diz que “*nele* [Cristo], aprovou habitar toda a plenitude [de Deus],” e *por meio* de Cristo, Deus reconciliou “todas as coisas” com Cristo, quer na terra quer no céu, “*fazendo a paz mediante o sangue da sua cruz*” (Cl 1.19–20). O escopo da reconciliação de Deus é “todas as coisas,” o que Paulo deixa claro ao acrescentar a expressão mais abrangente “quer sobre a terra, quer nos céus” (retomando a ideia de “todas as coisas... nos céus e sobre a terra,” ou seja, “a totalidade da criação,” do v. 16).

O que Paulo está dizendo é que a obra de reconciliação realizada por Deus abrange todo o universo criado, incluindo os poderes espirituais hostis a Cristo (cf. v. 16). Em outras palavras, toda a criação foi trazida de volta a um relacionamento apropriado com Deus e seu Cristo mediante a obra de reconciliação de todas as coisas que Deus realizou por meio de Cristo. No entanto, não há aqui nenhuma ideia de universalismo. Paulo deixa claro que reconciliação não significa a mesma coisa em relação à humanidade e ao mundo dos poderes espirituais malignos. Em relação aos seres humanos, reconciliação significa a restauração de um relacionamento amigável com Deus para aqueles que respondem com fé ao evangelho (cf. Cl 1.21-23). Por outro lado, para os poderes, reconciliação significa pacificação por meio de conquista, como sugerido pela frase “*fazendo a paz mediante o sangue de sua cruz*” (v. 20a) e explicitado mais adiante, em Colossenses 2.15.

Em Colossenses 2.15, Paulo desenvolve a ideia de “fazer a paz mediante o sangue de sua cruz” (Cl 1.20a) utilizando-se das imagens do “triunfo” romano. As vitórias romanas eram geralmente seguidas por um desfile público pelas ruas de Roma chamado “triunfo.” Nela, o *triumphator*, o líder romano vitorioso, conduzia

seus cativos de guerra diante dos olhos de uma multidão extasiada reunida para assistir ao espetáculo. O objetivo do ritual era duplo: por um lado, exibia a glória do *triumphator* e, por outro, a completa humilhação dos cativos. Escrevendo sobre a humilhação daqueles conduzidos em procissões triunfais, a especialista em Roma Antiga Mary Beard diz: “não é difícil imaginar o que a vítima sentia enquanto a multidão barulhenta de espectadores se deleitava ao ver que finalmente levava vantagem sobre (nas palavras de Cícero) ‘aqueles a quem outrora temiam’” (*The Roman Triumph* [Cambridge, MA: Harvard University Press, 2007] p. 133). Foi exatamente isso o que Paulo diz ter acontecido no momento da crucificação de Cristo. Levando a vitória de Deus ao um clímax, Paulo diz que “Deus fez um espetáculo público dos poderes, desarmando-os e *conduzindo-os em uma procissão triunfal em Cristo na cruz*” (Cl 2.15, tradução minha).

Colossenses 2.15 revela a absoluta impotência dos poderes descrevendo-os como prisioneiros capturados e conduzidos em procissão triunfal em Cristo pelo Deus vitorioso, o general *triumphator*. Eles foram pacificados ao serem conquistados, um conceito familiar para aqueles que viviam sob a *Pax Romana* (um ideal imperial e propaganda romana que prometia paz e estabilidade em todo o império), algo estabelecido através da pacificação de inimigos romanos mediante vitórias militares. De forma semelhante, Paulo nos diz que Deus pacificou os poderes ao conquistá-los em Cristo na cruz.

Por que então os colossenses deveriam temer seres tão deploráveis e indefesos como esses?

## O Impacto das Imagens do Triunfo Romano

A maneira como Paulo usou as imagens do triunfo romano para retratar a vitória definitiva de Deus em Cristo sobre os poderes confrontou a percepção da realidade dos colossenses em pelo menos três aspectos:

(1) *O triunfo de Deus confrontou a percepção que eles tinham dos poderes: de principados e autoridades a prisioneiros de guerra.* Os colossenses devem ter percebido a ironia por trás de tudo isso. Pois a cruz, precisamente o instrumento usado pelos governantes deste mundo para humilhar Jesus Cristo, foi ironicamente cooptada por Deus para humilhar e derrotar os poderes de uma vez por todas. Não as ruas de Roma, mas a cruz foi a via pela qual Deus conduziu os poderes em total humilhação. Na cruz, Deus os expôs envergonhados diante dos olhos do mundo

inteiro — já que o evangelho do triunfo de Deus foi proclamado “em toda a criação debaixo do céu” (Cl 1.23). Ao invés de temê-los, os colossenses, bem como os leitores modernos desta carta, são convidados a assistir com júbilo ao desfile dos prisioneiros impotentes de Deus.

(2) *O triunfo de Deus confrontou a percepção que eles tinham de si mesmos: de “cativos de guerra” a conquistadores.* Paulo adverte os crentes colossenses sobre o risco de se tornarem eles próprios “cativos” ao ensino falso e enganoso, o qual era “segundo os espíritos elementares do mundo” (Cl 2.8). A ironia da cruz continua. Pois mediante o triunfo de Deus em Cristo, foram os espíritos elementares que se tornaram cativos (Cl 2.15). Por meio de sua identificação com Cristo, os crentes também compartilham dos resultados e despojos da vitória (cf. e.g., 2.10,20; 3.1). Assim, os crentes do primeiro século em Colossos, bem como nós, os leitores modernos, são desafiados a se imaginarem presentes no desfile cósmico de Deus não apenas como espectadores, mas também como conquistadores. Nós, que estamos em Cristo, somos convidados a descer das arquibancadas e desfrutar o passeio de carona na carruagem do *triumphator*.

(3) *O triunfo de Deus confrontou a percepção que eles tinham do Precursor da Paz: da espada de César à cruz de Cristo.* Os não-romanos que viviam sob a *Pax Romana* estavam acostumados com a prática imperial da imposição de “paz” mediante a ruína e pacificação de seus inimigos. Mas agora Paulo diz que Deus, o *triumphator* todo-poderoso, estabeleceu paz em todo o universo por meio do sangue de Cristo na cruz (Cl 1.20). Semelhante à *Pax Romana*, a paz de Cristo também é paz através de violência — afinal, é uma paz forjada numa cruz romana. No entanto, a violência que nós, seres humanos inimigos de Deus (cf. Cl 1.21), deveríamos (e merecíamos) suportar, Deus mesmo suportou na pessoa de seu Filho amado na crucificação (Cl 1.20). A única “violência divina” envolvida no processo foi dirigida contra os poderes espirituais malignos, que foram pacificados por Deus. Os colossenses, assim como nós, leitores modernos desta carta, podem agora desfrutar da verdadeira paz, da paz de Cristo (ou *Pax Christi*, se você preferir). Esta paz está disponível a todos que respondem com fé ao evangelho do Deus Reconciliador e Conquistador (cf. Cl 1.21-23).

Nós, cristãos brasileiros, recebemos a mensagem de Paulo com um profundo suspiro de alívio: ela proclama liberdade tanto do poder do pecado quanto do

reino das trevas (Cl 1.13-14). Embora uma batalha espiritual continue em curso, não precisamos mais temer espíritos malignos, pois entendemos corretamente que eles são, em um sentido mais profundo, impotentes contra o povo de Deus. Portanto, precisamos ter cuidado para não enfatizarmos indevidamente a ameaça representada por seres espirituais, o que tem sido uma fonte de todo tipo de ideias equivocadas sobre guerra espiritual, tal como a ideia de “espíritos territoriais.” Os poderes espirituais foram conquistados e pacificados por Cristo e, de certa forma, isso é tudo o que importa. Infelizmente, em nosso fascínio pelo sobrenatural, corremos o risco de ir “além do que está escrito” (1Co 4.6).

Por outro lado, os leitores ocidentais modernos das Escrituras precisam ter cuidado para não menosprezar a existência da batalha espiritual que continuará até o retorno de Cristo. Caso o façam, correrão o risco de não se prepararem adequadamente para enfrentá-la (Ef 6.11-20). Embora não possamos testar o mundo espiritual em um laboratório, as Escrituras testificam que a realidade é bem mais ampla do que os olhos podem ver.

É verdade que os poderes continuam em ação. No entanto, eles não passam de poderes moribundos conduzindo ataques desesperados contra o povo de Deus enquanto aguardam o inescapável golpe final (cf. Rm 16.20).

Esse artigo foi originalmente publicado em inglês por  
[www.tyndalehouse.com](http://www.tyndalehouse.com)



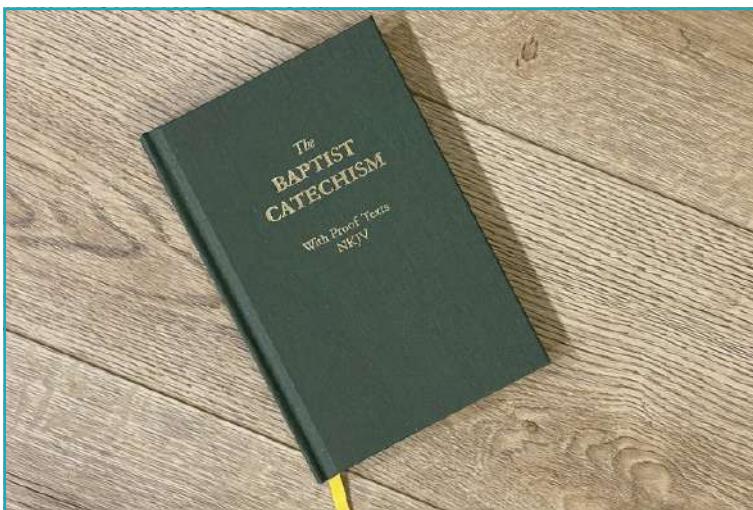
Diego dy Carlos

### Sobre o autor

É Ph.D em Estudos Bíblicos pelo *London School of Theology*, Reino Unido. É Escritor Associado na Tyndale House, Cambridge, Reino Unido, e professor-pesquisador no SETECEB na área de Novo Testamento com foco em Estudos Paulinos. É autor do livro *Peacemaking through blood in Colossians*, Mohr Siebeck, 2023 (no prelo). Diego é casado com Ana Paula Nunes.

# O uso de catecismos na tradição batista

Juan de Paula



**I**nstrução na fé! Esse seria o nome que substitui o termo catequese. Marcadamente influenciada pelo fundamentalismo, parte da tradição batista rejeita a catequese por achar que tal prática vem do romanismo.<sup>1</sup> Na verdade, a máxima fundamentalista: “só a Bíblia, nenhum credo” está por detrás desta rejeição.

Em detrimento disto, a tradição batista, junto com outras tradições da reforma, crê que a confessionalidade da igreja é saudável.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>Há outras razões para tal fenômeno envolvendo não só a tradição batista, mas o evangelicalismo como um todo. Um dos fatores foi a ênfase moralista dada as narrativas bíblicas no movimento moderno de Escola Bíblica Dominical, cf. PACKER, J. I, PARRETT, Gary A. *Firmados no Evangelho: Edificando crentes a moda antiga*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012 e <http://voltemosaoevangelho.com/blog/2015/10/o-evangelho-a-catequese-e-a-renovacao-da-igreja/>.

<sup>2</sup><http://voltemosaoevangelho.com/blog/2015/09/a-importancia-de-credos-e-confissoes/>.

A Igreja Batista tem uma rica história confessional:

“A. As mais proeminentes confissões de fé, formadas antes do Ato de

Tolerância de 1689, são:

1. A Confissão de John Smyth, escrita provavelmente em 1609.

2. A Confissão de Thomas Helwys, escrita provavelmente em 1611.

3. A primeira “Confissão de Fé” dos Batistas Particulares, conhecida como a “Primeira Confissão de Londres”, escrita em 1644 por sete igrejas com o propósito de se distinguirem dos Anabatistas e Batistas Gerais.

4. A primeira “Confissão de Fé dos Batistas Gerais” publicada em 1651 por 30 igrejas em Leicestershire e Lincolnshire.

5. A “Confissão de Somerset” publicada em 1656 por 16 congregações de Batistas Particulares.

6. A “Confissão dos Batistas Gerais” assinada em 1660 por representantes de vinte mil Batistas do Reino com o propósito de convencer Carlos II de que os Batistas eram respeitadores da Lei.

7. A “Segunda Confissão de Londres”, dos Batistas Particulares, escrita em 1677, com o propósito de mostrar a sua concordância com a “Confissão de Westminster” — dos Presbiterianos — em todos os pontos exceto o batismo. Representantes de 107 igrejas da Inglaterra e Gales assinaram aquela “Confissão”. “O Credo Ortodoxo”, escrito pelos Batistas Gerais em 1678, denunciavam as heresias de Roma.”<sup>3</sup>

As mais importantes confissões de fé batista são a Segunda Confissão Londrina de 1689 e a Confissão de fé de New Hampshire (1833).

---

<sup>3</sup>FERREIRA, Franklin. *História dos Batistas* (Rio de Janeiro: STBSB, 2004), p. 10. Apostila, material não publicado.

No que tange ao uso dos catecismos, Benjamin Keach foi um dos assinantes originais da Confissão de Fé Batista de 1689 de Londres. O Catecismo de Keach<sup>4</sup> foi originalmente publicado em 1693 (embora elaborado em 1677 compilado também pelo presbítero William Collins) para esclarecer a teologia da Segunda Confissão de Fé Batista 1689:

“Questão 109 — O que é oração? Resposta: Oração é uma oferta de nossos desejos a Deus, por coisas que concordem com Sua vontade, em nome de Cristo, com confissão de nossos pecados e grato reconhecimento de Suas misericórdias. (1Jo 5.14; 1Jo 1.9; Fp 4.6; Sl 10.17; 145.19; Jo 14.13,14). Questão 110 - Que regra Deus deu para nosso direcionamento na oração? Resposta: Toda a palavra de Deus é útil para nos direcionar em oração, mas a regra especial de direção é aquela oração que Cristo ensinou a seus discípulos, comumente chamada de A Oração do Senhor (Mt 6.9-13; 2Tm 3.16,17)”.<sup>5</sup>

Charles Spurgeon, considerado como o príncipe dos pregadores e Pastor do Tabernáculo Metropolitano, foi um batista reformado e compilou o breve catecismo adaptando a eclesiologia batista, no prefácio ele escreve:

Tenho certeza que o uso de um bom catecismo por nossas famílias será uma grande proteção contra os erros doutrinários que cada dia aumentam. Por isso, formei este catecismo usando outros da Assembleia de Westminster, para ser usado em minha igreja. Se for usado em casa ou classes deve ser explicado e as palavras cuidadosamente decoradas, pois serão melhor entendidas com o passar dos anos.

Que o Senhor abençoe meus amigos e suas famílias eternamente é a oração do seu pastor, C. H. Spurgeon.”<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup><http://oestandardedecristo.com/data/OCatecismodeWilliamCollinseBenjaminKeach.pdf>.

<sup>5</sup>[www.koinonia.org](http://www.koinonia.org) - Acesso em 02/08/2006.

<sup>6</sup>SPURGEON, C. H. *Catecismo Puritano (Batista) com provas*. [www.monergismo.com/catecismos/catecismo\\_puritano](http://www.monergismo.com/catecismos/catecismo_puritano). Acesso em 02/06/2006. Publicado depois de 14 de outubro de 1855, quando Spurgeon estava com 21 anos. Em 14 de outubro, Spurgeon, pregou seu sermão número 46 as pessoas que se juntaram para ouvi-lo na New Park Street Chapel. Quando o sermão foi publicado conteve um anúncio deste catecismo. O texto daquela manhã era: “Senhor, tu tens sido nosso refúgio de geração a geração” (Sl 90.1).

**74. Pergunta.** Como o Batismo e a Ceia do Senhor se tornam úteis espiritualmente?

Resposta. O Batismo e a Ceia do Senhor se tornam úteis espiritualmente, não por causa de nenhuma virtude em si mesmos, nem em quem os administra (1Co 3.7; 1Pe 3.21), mas só pela bênção de Cristo (1Co 3.6) e obra do Espírito de aqueles que os recebem pela fé (1Co 12.13).

**75. Pergunta.** O que é o Batismo?

Resposta. O Batismo é uma ordenança do Novo Testamento, instituído por Jesus Cristo (Mt 28.19), para ser à pessoa batizada o símbolo de sua comunhão com Ele em sua morte, sepultamento e ressurreição (Rm 6.3; Cl 2.12), de ser enxertado nele (Gl 3.27), da remissão dos pecados (Mc 1.4; At 22.16) e de sua entrega a Deus através de Jesus Cristo, para viver e andar em novidade de vida (Rm 6.4-5).

**76. Pergunta.** Quem pode ser batizado?

Resposta. Todos aqueles que realmente professam arrependimento (At 2.38; Mt 3.6; Mc 16.16; At 8.12, 36-37; At 10.47-48) para com Deus e fé em nosso Senhor Jesus Cristo e nenhum outro.

**77. Pergunta.** Os filhinhos dos que se professam crentes devam ser batizados?

Resposta. Os filhinhos de tais crentes professos não devem ser batizados porque não há ordem nem exemplo nas Santas Escrituras para que sejam batizados (Êx 23.13; Pv 30.6).

**78. Pergunta.** Como é o batismo administrado de modo correto?

Resposta. O batismo administrado de modo correto é pela imersão, isto é: o mergulho de todo o corpo da pessoa na água (Mt 3.16), em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, de acordo com a instituição de Cristo e a prática dos apóstolos (Mt 28.19-20), e não pela aspersão ou derramamento de água, ou mergulho de uma parte do corpo, segundo a tradição dos homens (Jo 4.1-2).

**79. Pergunta.** Qual é a obrigação daqueles que são corretamente batizados?

Resposta. É obrigação daqueles corretamente batizados, o se darem a uma igreja verdadeira de Jesus Cristo em particular (At 2.47; 1Pe 2.5), para que

possam andar irrepreensíveis em todos os mandamentos e ordenanças do Senhor (Lc 1.6).”<sup>7</sup>

Outros batistas também elaboraram catecismos como por exemplo o conhecido John Bunyan, autor do famoso livro alegórico “*O Peregrino*” escreveu um catecismo chamado “Instrução para ignorantes” para não convertidos em 1675. Os batistas da Philadélfia também publicaram catecismo assim como a associação Charlerston em 1813.

Em 1892, o teólogo John Broadus com John Dagg foram comissionados pelos batistas do Sul para compilar um catecismo para a Escola Bíblia Dominical<sup>8</sup> e o famoso pastor contemporâneo recém aposentado, John Piper também produz uma versão adaptada do catecismo batista.<sup>9</sup><sup>10</sup> No Brasil, O pastor Wilson Porte Jr. escreveu um livro chamado *Um guia de discipulado cristão* não da forma tradicional em perguntas e respostas mas contendo recursos para a resposta do aluno.

Como escrito neste artigo, a tradição batista confessional deve resgatar a chamada arte perdida da catequese para solidificação dos crentes e instrução daqueles não-convertidos que estão chegando à igreja e há material disponível para auxiliar os pastores e líderes na aplicação da mesma na igreja contemporânea.<sup>11</sup>

Uma sugestão ou direção em nível prático é utilizar algum catecismo na classe de membresia para o ingresso de novos membros, seja neófitos (novos convertidos) ou transferência comunitária e eclesiástica de cristãos confessantes, a igreja local vai se beneficiar do nivelamento doutrinário e confessional.

---

<sup>7</sup>Ibidem.

<sup>8</sup>SELPH, Robert B. *Os Batistas e a doutrina da eleição* (São José dos Campos: Fiel, 2005), p. 50.

<sup>9</sup><http://www.reformedreader.org/cc/bcat.htm>.

<sup>10</sup><http://www.reformedreader.org/ccc/baptistcatechism.htm>.

<sup>11</sup>Para aplicação da catequese na igreja atual cf. PACKER J. I, PARRETT Gary A. *Op Cit.* Para aplicação em diversas áreas (familiar, jovens, cristãos no trabalho) junto com a origem da catequese, filosofia educacional e histórico ver SIQUEIRA, Juan de Paula Santos. *O ministério pastoral e a catequese nas igrejas confessionais*. In. FERREIRA, Franklin (Org.) *A glória da Graça de Deus: Ensaios em honra a J. Richard Denham Jr* (São José dos Campos: Fiel, 2010).

Caso o pastor ou a igreja manifeste alguma dificuldade com o termo “catequese”,<sup>12</sup> uma opção já sugerida por mim a um pastor local é utilizar o termo “Manual de instrução da fé.” (Como já escrito no primeiro parágrafo). Pode evitar o embate, caso haja dificuldade com o termo catecismo, e mesmo assim, o efeito benéfico, salutar e edificante ser experimentado pela igreja.

Certamente, a igreja colherá os frutos com a graça de Deus.

---

<sup>12</sup>Esse fenômeno pode acontecer por uma indisposição anti-romanista, aplicando-se a prática da catequese. Para a origem e desenvolvimento do uso de catecismos, além do artigo já citado, publicado por Fiel, segue outro artigo de minha autoria onde exploro mais a origem do catecismo. <https://teologiabrasileira.com.br/ecoar-as-escrituras-aos-ouvintes-da-palavra-pioneerismo-e-desenvolvimento-da-catequese-e-dos-catecismos-na-reforma-evangelica-europeia-do-século-xvi/>.



Juan de Paula

### Sobre o autor

Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil (STBSB) com convalidação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.  
Pós-Graduado especialização em Teologia e Ministério Pastoral pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).  
Coordenador de Teologia na Faculdade Legacy Internacional. Professor de Teologia no Seminário do Sul, no Seminário Martin Bucer e na Uniatitude.  
Pastor na Igreja Batista do Redentor no Rio de Janeiro.  
Casado com Eulina Seda.

# O desespero da Primeira Arte: Uma análise apologética da música do século 21

*Jefferson S. Oliveira*



## Introdução

“A arte jamais é neutra e, se quisermos discuti-la adequadamente, a totalidade de nossa humanidade sempre estará envolvida”.

Hans Rookmaaker

**Q**uando escreveu a maioria de suas obras, entre o final da década de 1960 e início da década de 1980, Francis Schaeffer lidou com a influência do pensamento moderno nas artes, e rastreou a presença do mesmo “desespero” da filosofia também na música, considerada a primeira arte.<sup>1</sup> Ao ouvirmos uma música aleatória produzida por John Cage (1912-1992), ou tentarmos

---

<sup>1</sup>Cumpre salientar que a numeração das artes não é algo estabelecido de maneira unânime pelos críticos da arte, mas considero aqui a numeração mais consensual.

apreciar a liberdade irrestrita de uma música atonal, ou até mesmo o dodecafonismo de Arnold Schoenberg (1874-1951), temos a sensação de estarmos diante de uma *antiarte*, visto que o nosso senso estético não encontra repouso, pois a ausência de ordem nos angustia.

Mas o que dizer das formas contemporâneas mais atuais, como os “batidões” dos bailes *funk* e as músicas eletrônicas das *raves*? Se Schaeffer vislumbrou o desespero nas formas musicais pós-modernas no século passado, o que diria dessa “arte” que é cultuada por muitos jovens nos dias atuais? Podemos considerar que essas expressões são verdadeiras obras de arte? Uma boa maneira de respondermos se a música contemporânea se sustenta como arte, é submetendo-a aos quatro padrões básicos enumerados por Schaeffer.<sup>2</sup>

1) excelência técnica: ainda que não concordemos com um determinado artista, podemos reconhecer se o grau de excelência na realização de uma obra é elevado. É possível perceber isso em composições musicais contemporâneas que muitas vezes se resumem a batidas, sem qualquer melodia ou harmonia?

2) validade: o artista é honesto com sua própria cosmovisão ou faz sua arte apenas por dinheiro ou reconhecimento? A música contemporânea, conforme se verá, é apelativa e movida por interesses comerciais.

3) conteúdo intelectual: a cosmovisão que está sendo comunicada. Muitos artistas podem não saber que estão comunicando uma cosmovisão, mas se ela estiver presente mesmo assim, é uma evidência que se trata de uma manifestação artística. Há uma cosmovisão por trás da música contemporânea?

4) integração entre conteúdo e o veículo: o artista adequou o veículo à mensagem? Há uma correlação entre o estilo da música contemporânea e o seu conteúdo?

Neste breve ensaio, procuraremos nos aproximar da forma schaefferiana de pensar a música no contexto cultural de nossos dias e sugerir maneiras de lidar apologeticamente com isso.

## O estado da música contemporânea

Creio que uma análise cultural sem um pouco do contexto histórico não seria correta. Dessa forma, se faz mister começar com um pouco da história da música contemporânea.

---

<sup>2</sup>SCHAEFFER, Francis. *A arte e a Bíblia* (Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2010), p. 53.

Uma primeira dificuldade é considerar quando terminou o modernismo na música (se é que se pode falar assim) e quando iniciou a música contemporânea ou pós-moderna. Alguns historiadores preferem simplesmente falar da música que se desenvolveu a partir do século 20, mas consideraremos como contemporânea a música desenvolvida a partir da década de 1950, considerando a organização de Steve Collisson.<sup>3</sup>

De uma forma geral, as formas de música do século passado compartilham uma coisa em comum: a reação consciente contra o estilo romântico do século 19. Como diz Bennett, tal fato fez com que certos críticos descrevessem essa música como “anti-romântica”.<sup>4</sup> A análise dos componentes da música do século 20, feita por esse autor, é muito esclarecedora:

Melodias — é provável que incluem grandes diferenças de altura, freqüentemente fazendo uso de intervalos cromáticos e dissonantes. São curtas e fragmentadas, angulosas e pontiagudas, em lugar das longas e sinuosas sonoridades românticas; os glissandos (o deslizar de notas seguidas) podem ser empregados; **em algumas peças, a melodia pode ser totalmente inexistente.**

Harmonias — apresentam **dissonâncias radicais**, com acordes consonantes em proporção muito inferior (às vezes totalmente evitados); podem aparecer os clusters (notas adjacentes tocadas simultaneamente) — aglomerados.

Ritmos — vigorosos e dinâmicos, com **amplo emprego de sincopados (a acentuação incidindo sobre os tempos fracos)**; métricas inusitadas, como compassos de cinco ou sete tempos (cujas raízes muitas vezes estão na música folclórica); mudanças de métrica de um compasso para outro; **uso de polirritmias — diferentes ritmos ou métricas ocorrendo ao mesmo tempo**, resultando em um “contraponto rítmico”; de artifícios de *ostinato* (repetição “obstinada”); ou de enérgicos “ritmos motores”, que impulsionam inexoravelmente a música para a frente.

---

<sup>3</sup>COLLISSON, Steve. *O livro da música clássica* (Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019).

<sup>4</sup>BENNETT, Roy. *Uma breve história da música* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986), p. 68.

Timbres - a maior preocupação com os timbres leva à inclusão de **sons estranhos, intrigantes e exóticos**; fortes contrastes, às vezes até explosivos; expansão e, de modo geral, o uso mais enfático da seção de percussão; sons desconhecidos tirados de instrumentos conhecidos, como instrumentos tocados em seus registros extremos, metais usados com surdina e cordas produzindo novos efeitos, com o arco tocando por trás do cavalete ou batendo com a ponta no corpo do instrumento; sons inteiramente novos, provenientes de aparelhagens eletrônicas e fitas magnéticas.<sup>5</sup>

As características acima descritas demonstram um movimento claramente contrário aos padrões anteriores. Quando começamos a penetrar na análise da música contemporânea propriamente dita, aquela produzida a partir da década de 1950, algumas coisas podem ser destacadas.

Uma forma inicial de música eletrônica, a chamada *musique concrète*, começou a se desenvolver quando compositores que ansiavam por uma nova estética “descobriram um novo começo gravando sons comuns do dia a dia e juntando-os em composições semelhantes e colagens que só precisavam ser tocadas num disco ou fita, em vez de interpretadas por músicos ao vivo numa sala de concerto”.<sup>6</sup>

Indo além, a música aleatória trouxe à tona os valores de uma cultura desesperada, para a qual a vida é absurda e caótica, não havendo razão para se buscar ordem na arte. O compositor John Cage certamente é o seu expoente máximo, acerca do qual Schaeffer faz duras e interessantes críticas em *O Deus que intervém* e em *Como viveremos?*.<sup>7</sup> Com Cage, a própria definição de música sofreu grande ressignificação, posto que uma obra seminal do compositor americano, denominada 4'33”, que poderia ser executada por qualquer instrumentista, dizia ele, trata-se nada mais, nada menos, que o silêncio por 4 minutos e 33 segundos! O seu aluno, David Tudor, foi além, compondo *La Monte Young: Piano Piece for David Tudor #1*. Nessa “peça” há as seguintes instruções:

---

<sup>5</sup>Ibidem, p. 69.

<sup>6</sup>COLLISSON, p. 299.

<sup>7</sup>A análise e crítica encontram-se, respectivamente, no capítulo 4 da primeira obra, denominado “O misticismo moderno em ação: música e literatura”, e no capítulo 10 da segunda: “Arte atual, música, literatura e filmes”.

Traga um fardo de feno e um balde de água ao palco para que o piano coma e beba. O executante pode então alimentar o piano ou deixar que ele coma sozinho. No primeiro caso, a peça termina depois que o piano for alimentado. No segundo, acaba depois que o piano come ou decide não fazê-lo.<sup>8</sup>

O absurdo e o desespero saltam aos olhos (ou aos ouvidos) em expressões dessa natureza. A música contemporânea vivenciou na segunda metade do século 20 grandes transformações propiciadas pela influência das cosmovisões do homem pós-moderno. Mas e a música do século 21?

Passando pelos minimalismos, pelas influências do oriente em suas mais variadas vertentes, e por algum retorno ao lirismo no final do século passado (ao se perceber que as obras eletrônicas, experimentais e aleatórias afastavam o público geral com frequência), chegamos à música do século 21, que se torna, em geral, comercial e apelativa.

Em 2012, por exemplo, o videoclipe da música *Gangnam Style*, do cantor sul-coreano Psy, foi o primeiro vídeo a atingir a marca de 1 bilhão de visualizações no Youtube. A canção de *dance-pop* fala sobre “a namorada perfeita que sabe quando ser refinada e quando se tornar selvagem”. O videoclipe mostra Psy dançando uma dança cômica que se assemelha ao passeio de cavalo, aparecendo em diversos locais em torno de Gangnam, a cidade sul-coreana que é mencionada no título, com várias aleatoriedades, como uma sessão de ioga ao ar livre e uma banheira de hidromassagem.<sup>9</sup> Esse exemplo parece representativo da forma como a sociedade dos espetáculos passou a interessar-se por frivolidades sem sentido, sendo a música apenas um veículo dessas coisas.

Com a popularização da internet, que de certo modo “democratizou” as mídias, o comportamento em relação à produção musical também mudou. Objetivando alcançar o maior número de pessoas possível, os artistas passaram a se concentrar nas tendências do momento e a produzir apenas o que tem potencial de gerar *streamings* ou visualizações. A motivação geralmente é puramente comercial e/ou a espetacularização do ego de celebridades. A música parece ter perdido

---

<sup>8</sup>COLLISSON, p. 304.

<sup>9</sup>Informações disponíveis em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gangnam\\_Style](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gangnam_Style). Acesso em: 15 jun. 2023.

totalmente o sentido de arte como expressão dos afetos mais profundos da alma humana para se tornar meramente uma ferramenta de fazer dinheiro.

## A música contemporânea no Brasil

No Brasil, proliferaram os bailes funk nas décadas de 1990 e 2000, com “músicas” apelativas, cheias de erotismo e violência. O funk “proibidão” explora de forma explícita os temas do crime (muitas vezes fazendo elogios a traficantes e facções) ou do sexo (com descrições sem pudores de situações vividas ou desejadas pelos intérpretes).<sup>10</sup> Já o funk “ostentação” surge como alternativa à abordagem relacionada ao crime e à vida de sofrimento, dessa feita exaltando uma vida de esbanjamento de bens, como carros e motocicletas caras, bebidas, joias e outros, além de ostentar belas mulheres como troféus.

Um outro fenômeno musical no Brasil é o sertanejo universitário, uma vertente da música sertaneja que surgiu no final da década de 2000, e afastou-se dos temas regionalistas e das situações vividas pelo homem do sertão para apelar para temas como o adultério, bebedeira e ostentação. De modo semelhante, temos o forró e o *piseiro*, que é um “descendente do forró com objetivos estéticos alinhados ao funk atual”<sup>11</sup>.

Dentre as características dessas músicas contemporâneas, certamente a que mais chama a atenção é a importância de que se dá ao ritmo, em detrimento da harmonia e da melodia. No documentário denominado “A Primeira Arte”, disponibilizado no Youtube pelo canal *Brasil Paralelo*, somos informados que “nas últimas décadas a batida não só ganhou protagonismo na maioria das músicas, mas a variedade de notas musicais foi sendo reduzida e ficou em segundo plano, passando a trabalhar em função do ritmo, e não o contrário”. O documentário cita

---

<sup>10</sup>SALLES, Écio de. O bom e o feio funk proibidão, sociabilidade e a produção do comum. *Z cultural*: Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Rio de Janeiro, Ano 3, v. 3. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/o-bom-e-o-feio-funk-proibidao-sociabilidade-e-a-producao-do-comum-de-ecio-p-de-salles/>. Acesso em: 15 jun. 2023.

<sup>11</sup>Com Barões da Pisadinha e Vitor Fernandes, podcast fala do novo forró do país. *Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2020/08/com-baroes-da-pisadinha-e-vitor-fernandes-podcast-discute-um-novo-forro-no-brasil.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.

um estudo que analisa a harmonia das músicas populares no Brasil nos últimos 50 anos, no qual se constata uma queda vertiginosa na variedade, tamanho e raridade dos acordes presentes nas músicas.<sup>12</sup>

Nesse mesmo documentário, o professor de filosofia Guilherme Freire, referindo-se à música contemporânea, argumenta:

Se você reduz tudo ao ritmo, você só tem uma experiência mais tribal da música. Você vai entrando num certo modo de humor, você tem até um estado de transe, que às vezes é associado à figura do ritmo, mas você não tem a experiência contemplativa de percepção da ordem tão claramente. (...) Se eu encontro essa ordem, então estou elevando a minha alma em direção divina. Se não, o meu corpo, aquilo que move o meu corpo vai determinar o meu gosto musical.

Já o pianista Álvaro Siviero faz um desabafo:

Mas a questão que me coloco é: o que culturalmente está acontecendo ao nosso entorno? O que está acontecendo na sociedade e o que tem levado as pessoas a preferirem aquilo que os desumaniza? Não foi assim que aconteceu pelo menos nos últimos séculos, onde a gente via uma preocupação real por parte de grandes expoentes da música em investir no que é a racionalidade, no que é o ser humano. Hoje nós temos um esforço hercúleo de indústrias investindo em algo que retira a racionalidade do ser humano, o deixa mais vulnerável à manipulação porque assim é: quanto menos informação, quanto menos conceitos, quanto menos conhecimento você tem, mais facilmente manipulável você é. E eu não sei aonde que a gente vai chegar! Eu não sei o que se pretende com tudo isso!

A resposta para as perguntas do notável músico já foi dada por Francis Schaeffer no final da década de 60 do século passado! O mundo atravessou a linha do desespero, que chegou também na música há bastante tempo.

---

<sup>12</sup>BRASIL PARALELO. *A PRIMEIRA ARTE | EPISÓDIO 1/3 - Ressonância*. YouTu-be, 14 abr. 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=zOPY4xDDTis&list=PLhwdhYCRmk7Qr\\_ifKB7RnBcwrFdyNEZL&index=1](https://www.youtube.com/watch?v=zOPY4xDDTis&list=PLhwdhYCRmk7Qr_ifKB7RnBcwrFdyNEZL&index=1). Acesso em: 15 jun. 2023.

## Respostas apologéticas

Ao se analisar os artefatos culturais, é necessário compreender que as mudanças que neles ocorrem não são apenas de técnicas. Como afirma Schaeffer, tais mudanças são “expressões de uma visão de mundo e se tornaram um meio de transmitir esta visão de mundo para as massas, às quais os áridos escritos filosóficos jamais poderiam atingir”.<sup>13</sup>

Deste modo, assim como a música do século passado reproduziu o desespero que o niilismo produziu, a música atual parece ser fruto de um *zeitgeist* escapista, um tipo parecido de desespero. Quando a verdade não é mais algo a ser buscado e almejado, sendo perseguido apenas aquilo que pode trazer algum significado pra vida por meio de alguma narrativa ou construção linguística, não precisamos mais da arte que se comunica com nosso senso estético, mas apenas de algo que nos anestesie dos problemas.

Ainda que, como temos indicado, haja muito interesse comercial por trás do grosso da produção musical do século 21 não se pode deixar de notar que esse comércio só existe por que há uma angústia no homem contemporâneo, que busca desesperadamente uma válvula de escape para fugir das questões eternas. A música que hipervaloriza o ritmo, menosprezando o senso melódico e harmônico, para despertar no homem os instintos mais primitivos, embalando uma poesia paupérrima e apelativa, dirigida apenas aos seus apetites, é apenas um instrumento de satisfação da “concupiscência da carne, a concupiscência dos olhos e a soberba da vida” (1Jo 2.16).

Se o homem do século 20 questiona que exista um Deus e que nós somos feitos à sua imagem, de modo que podemos ter conhecimento verdadeiro sobre as coisas a partir da revelação; o homem do século 21 prefere simplesmente não pensar sobre isso, embora traga consigo o legado do pós-modernismo, principalmente no que concerne à afeição pela construção de narrativas que expliquem (de forma inconsistente) sua existência. O que se percebe claramente hoje em dia é que “o quase infinito apetite humano por distração”<sup>14</sup> encontrou uma fonte de saciamento na música sensualista.

---

<sup>13</sup>SCHAEFFER, Francis. *Como viveremos?* Tradução Gabriele Greggersen. São Paulo: Cultura Cristã, 2013, p. 119.

<sup>14</sup>Aldous Huxley, citado em: REINKE, Tony. *A guerra dos espetáculos:* o cristão na era da mídia. Tradução Vinícius Silva Pimentel. São José dos Campos, SP: Fiel, 2020. Edição do Kindle.

Ainda não compreendemos completamente o que é o pós-modernismo (ou se já o superamos e estamos vivendo um pós-pós-modernismo!), dadas as “feições mutantes” de sua face, como explica James Sire:

O pós-modernismo remove a máscara soridente da arrogância da face do naturalismo. A face por trás da máscara exibe feições sempre mutantes; há a angústia de Nietzsche se protegendo contra a mentalidade de rebanho da massa humana, a alegria enlevada de Nietzsche desejando ser o sobre-homem, o olhar enviesado de Foucault buscando a intensificação da experiência sexual, o sorriso cômico de Derrida, enquanto ele desconstrói todo o discurso, incluindo o seu próprio, e o ar de ironia em torno dos lábios de Rorty, enquanto ele opta por uma solidariedade sem fundamento. Contudo, nenhuma dessas faces exibe uma confiança na verdade, uma confiança na realidade ou em uma esperança crível pelo futuro.<sup>15</sup>

Creio que fomos além, pois, embora todas essas características ainda se apliquem ao homem do século 21, ele parece decidido a viver ignorando todas elas em prol da busca desenfreada do prazer imediato.

Para usar uma expressão semelhante à de Immanuel Kant, que supostamente despertou do “sono dogmático”, precisamos, como apologetas, levar nossos interlocutores a despertarem do “sono hedônico” no qual a cultura os colocou, para somente depois “remover o teto”, isto é, retirar sua “proteção contra os golpes do mundo real, tanto interno quanto externo”<sup>16</sup>. Creio, portanto, que, se podemos falar de passos de um método apologético, precisamos adicionar um passo anterior no método de Schaeffer. Antes de descobrir o ponto de tensão, estabelecendo uma comunicação verdadeira com o interlocutor (aprendendo sua linguagem, por exemplo), precisamos compreender que o homem do século 21 está tão absorto na busca dos prazeres, que talvez tenhamos muito mais dificuldade de ter um momento de sua atenção. O tipo de música (e de outras artes) que ele consome nos ajuda a entender isso.

---

<sup>15</sup>SIRE, James W. *O universo ao lado*: um catálogo básico sobre cosmovisão. Tradução Fernando Cristófalo. 4. ed. São Paulo: Hagnos, 2009, p. 299.

<sup>16</sup>SCHAEFFER, Francis. *O Deus que intervém*. Tradução Gabriele Grggersen. São Paulo: Cultura Cristã, 2009, p. 197.

## Considerações finais

Podemos nos perguntar se uma análise dessa natureza é importante também para os nossos dias. Eu creio que sim, e não estou sozinho. Hans Rookmaaker disse certa vez:

Se um disco chega ao topo das paradas de sucesso (refiro-me ao rock e ao pop), quer dizer que muitas pessoas o estão ouvindo. Portanto, torna-se imprescindível discutir o significado, o conteúdo e a influência que ele tem sobre as pessoas, ainda que não no sentido exato de uma palavra ou linha, ou apenas das letras das canções. A música com seu impacto total, ou seja, sua melodia, seu ritmo e sua harmonia, expressa uma mentalidade, um estilo de vida, um modo de pensar e sentir, uma forma de lidar com a vida e com a realidade. É importante discutirmos isso, pois esse tipo de música ajuda a formar os estilos de vida daqueles que o apreciam<sup>17</sup>.

A compreensão dos artefatos culturais, como a música, nos permite perceber a cosmovisão dessa sociedade pós-moderna nesse “horizonte desvanecido”, a fim de que possamos dar respostas apologéticas adequadas.

Evidentemente, não podemos esquecer que ao desempenharmos nosso mandato apologético, inclusive na modalidade ofensiva, quando destruímos fortalezas e anulamos sofismas e toda altivez que se levanta contra o conhecimento de Deus (2Co 10.4-5), dependemos sempre da ação do Espírito Santo. Entretanto, assim como o Espírito Santo nos fala a partir das Escrituras somente quando estas estão traduzidas para nossa língua, a fim de que possamos compreender sua mensagem, precisamos, de certa forma, compreender a linguagem da nossa cultura para tornar compreensível a mensagem da Palavra de Deus ao incrédulo. Perceber o que está por trás da música consumida por essa sociedade é um caminho que nos ajudará nessa compreensão.

---

<sup>17</sup>ROOKMAAKER, Hans. R. *A arte não precisa de justificativa*. Tradução Fernando Guarany Jr. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2010, p. 58-59.

## Referências bibliográficas

- BENNETT, Roy. *Uma breve história da música*. Tradução Maria Teresa Resende Costa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.
- COLLISSON, Steve. *O livro da música clássica*. Tradução Maria da Anunciação Rodrigues. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- COM Barões da Pisadinha e Vitor Fernandes, podcast fala do novo forró do país. *Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2020/08/com-baroes-da-pisadinha-e-vitor-fernandes-podcast-discute-um-novo-forro-no-brasil.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- REINKE, Tony. *A guerra dos espetáculos*: o cristão na era da mídia. Tradução Vinícius Silva Pimentel. São José dos Campos, SP: Fiel, 2020. Edição do Kindle.
- ROOKMAAKER, Hans. R. *A arte não precisa de justificativa*. Tradução Fernando Guarany Jr. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2010.
- SCHAEFFER, Francis. *A arte e a Bíblia*. Tradução Fernando Guarany Jr. Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2010.
- SCHAEFFER, Francis. *A morte da razão*. Tradução João Bentes. 2. ed. São Paulo: ABU Editora; Viçosa, MG: Editora Ultimato, 2014.
- SCHAEFFER, Francis. *Como viveremos?* Tradução Gabriele Grggerson. São Paulo: Cultura Cristã, 2013.
- SCHAEFFER, Francis. *O Deus que intervém*. Tradução Gabriele Grggerson. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.
- SALLES, Écio de. O bom e o feio funk proibidão, sociabilidade e a produção do comum. *Z cultural*: Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea. Rio de Janeiro, Ano 3, v. 3. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/o-bom-e-o-feio-funk-proibidao-sociabilidade-e-a-producao-do-comum-de-ecio-p-de-salles/>. Acesso em: 15 jun. 2023.
- SIRE, James W. *O universo ao lado*: um catálogo básico sobre cosmovisão. Tradução Fernando Cristófalo. 4. ed. São Paulo: Hagnos, 2009.



Jefferson S. Oliveira

### Sobre o autor

Formado em Teologia pelo Escola Teológica Charles Spurgeon (Fortaleza/CE). Especialização em Teologia pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper - CPAJ (São Paulo/SP). Mestrando no programa *Magister Divinitatis* (MDiv), com ênfase em Teologia Filosófica, pelo Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper - CPAJ (São Paulo/SP). Bacharel em Direito pelo Centro Universitário Farias Brito – FBUNI (Fortaleza/CE). Professor residente na Escola Teológica Charles Spurgeon (Fortaleza/CE). Membro da Igreja Batista de Parquelândia (Fortaleza/CE), onde serve no ministério de louvor e coordena o ministério de Pequenos Grupos. Casado com a Cristina Gino e pai da Sophia.

# Os evangelhos sinóticos: Uma resolução sobre a divindade e autoridade de Jesus no evangelho de Mateus 9.1-8 e sua correspondência com a teoria dos atos de fala

*Luiz Antônio Silva*



## Introdução

As polêmicas em torno dos evangelhos sinóticos são comuns ao longo da história da igreja, sendo conhecidas como *problema sinótico*. Os evangelhos sinóticos,<sup>1</sup> segundo Douglas (2006, p. 472), são conhecidos assim por causa do comparativo entre Mateus, Marcos e Lucas, nos levar ao reconhecimento de um considerável

---

<sup>1</sup>De acordo com Carson, Moo e Morris (1997, p. 19), Mateus, Marcos e Lucas foram chamados pela primeira vez de sinóticos por J.J. Griesbach no final do século 18. A palavra “sinótico” é formada a partir da junção de duas palavras gregas, “Syn” que significa “com” e “optikós” que se refere a “olhar”, ou seja, olhar em conjunto.

compêndio de material comum a todos eles.<sup>2</sup> Mas, há também muito debate em torno dos evangelhos sinóticos quanto às suas discrepâncias em relação a datação, autoria, fonte, forma, destinatários ou conteúdo.<sup>3</sup> Por exemplo, Thielman (2007, p. 54) reconhece que já no início do século II Marcião afirmou que os evangelhos refletiam tendências judaizantes corruptas de seus escritores. Portanto, o problema sinótico procura responder especificamente: como explicar as semelhanças e discrepâncias entre esses evangelhos?

Tenney (2008, p. 151-6) apresenta três propostas para compreender semelhanças e discrepâncias entre os evangelhos sinóticos. A primeira é denominada teoria da *tradição oral*.<sup>4</sup> Esta proposta consiste na coleção e organização do material sobre a vida e obra de Jesus para serem memorizados e passados de forma oral para as comunidades, porém é bem provável que materiais já circulassem antes do ano 64 d.C. A segunda teoria é da *interdependência mútua*. A ideia por trás desta proposta é que dois dos evangelhos compartilharam detalhes de um outro evangelho. Contudo esta proposta encontra problemas do ponto de vista da originalidade de cada evangelista e das fontes. Por fim, a terceira proposta apresentada é a *hipótese documentária*.<sup>5</sup> A proposta diz respeito que tanto Mateus como Lucas construíram seus evangelhos baseados em Marcos e num material chamado “Q” (do alemão *quelle*, que significa “fonte”). Apesar de

---

<sup>2</sup>Douglas destaca que a substância de 606 dentre 661 versículo de Marcos (com exceção de Mc 16.9-20) reaparece em forma condensada em Mateus; cerca de 380 dos 661 versículo em Marcos reaparecem em Lucas. Mateus e Lucas tem cerca de 250 versículos quem contém material comum sem paralelo em Marcos.

<sup>3</sup>Para um aprofundamento da crítica histórica sobre datação, autoria, fonte, forma, destinatários ou conteúdo dos evangelhos, consultar alguns títulos em português: TENNEY, C. Merreil. *O novo testamento: sua origem e análise*. São Paulo: Shedd Publicações, 2008; BOCK, BOCK, Darrell. L. Jesus segundo as escrituras: introdução e comentário aos evangelhos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006; THIELMAN, Frank. *Teologia do Novo Testamento: uma abordagem canônica e sintética*. São Paulo: Shedd Publicações, 2007; PINTO, Carlos. *O Foco & desenvolvimento no Novo Testamento*. São Paulo: Ed. Hagnos, 2014; CARSON, D. A; MOO. J. Douglas; MORRIS, Leon. *Introdução ao Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1997.

<sup>4</sup>Esta é considerada a mais antiga já que seus pressupostos advêm dos pais da igreja.

<sup>5</sup>Esta, por sua vez, é a mais aceita. É conhecida também como hipótese de duas fontes.

nunca ter sido encontrada, acredita-se que esta fonte continha os dizeres de Jesus. O problema apontado por Tenney é que os adeptos da hipótese documentária focam mais nos documentos e em certas tradições orais do que nos relacionamentos entre os autores enquanto escreviam seus evangelhos. Além disso, os adeptos da hipótese documentária não explicam plausivelmente as características criativas vistas nos materiais.<sup>6</sup>

Estas perspectivas quanto as semelhanças e discrepâncias entre os evangelhos sinóticos nos leva a questionar: como entender estes evangelhos? É neste movimento que o presente artigo se debruça. A perícope em questão é a de Mateus 9.1-8. Assim, para uma melhor compreensão, questiona-se por que Mateus apresenta menos detalhes do que seus respectivos paralelos (Mc 12.1-12; Lc 5.17-26). O arranjo estrutural construído pelo autor parece gerar certa confusão se intenciona levar seus primeiros leitores a se depararem com a cronologia dos fatos? Ou esta dificuldade é apenas para os leitores atuais? Haveria desarmonia no conteúdo e cronologia dos Evangelhos canônicos? Neste caso, o foco de Mateus é cronológico ou temático e quais suas respectivas implicações? Será que Mateus fez mudanças substanciais no conteúdo? Será que Mateus incorreu em um erro grave ao não ser mais completo quanto às informações como Marcos e Lucas?

Ademais, o que está em questão não é apenas os usos das fontes, mas a leitura e interpretação dessas fontes por parte do evangelista e como sua interpretação chegou às comunidades, os primeiros leitores. É, portanto, na filosofia da linguagem, que a compreensão dos evangelhos sinóticos à luz das questões supracitadas ganha novos contornos em relação ao pensamento pós-moderno e sua interpretação das escrituras. O evangelista Mateus ao redigir seu evangelho se lança no importante desafio de comunicar-se; e neste sentido, a comunicação só acontece quando é bem compreendida. Este, talvez, seja um dos maiores desafios para compreender as “controvérsias” nos evangelhos sinóticos para os leitores atuais. Nesta direção, contrapondo-se à hermenêutica pós-moderna em que o leitor é quem determina o sentido do texto não considerando o sentido

---

<sup>6</sup>Para uma análise de outras perspectivas e mais detalhada ver BOCK, Darrel. L. *Studying the historical Jesus: a guide to sources and methods.* Ada — MI: Ed. Baker Academic, 2002.

autoral,<sup>7</sup> que a *filosofia da linguagem ordinária*<sup>8</sup> surge defendendo que a linguagem como tal só pode ser entendida na situação e nas circunstâncias de seu uso. Nasce, então, o que é conhecido como teoria dos atos de fala.<sup>9</sup>

Se Mateus tivesse colocado a perícope 9.1-8 em outra parte do seu evangelho, ou se recorresse a outra estrutura textual, ou ainda, se utilizasse outros verbos, será que faria sentido e alcançaria seu objetivo? Para responder a estas perguntas, o artigo recorrerá ao conceito da teoria dos atos de fala. Precisa-se conhecer a locução, ou seja, o que Mateus está dizendo de fato, quais são as palavras de seu texto; a ilocução que é a intenção comunicativa ou o conteúdo em si que é a divindade de Jesus e sua autoridade; e a perlocução que é a reação que o autor deseja dos leitores, o que o autor gostaria que seus leitores fizessem que é uma vida de reconhecimento da divindade de Cristo baseado na ética do reino que já foi inaugurado, mas ainda não consumado.

---

<sup>7</sup>Esta proposta de interpretação pós-estruturalista é denominada *crítica da estética da recepção*. A interpretação nada mais é que o resultado subjetivo do leitor, assim, para a *crítica da estética da recepção* não existe um sentido objetivo no próprio texto. Há também a desconstrução, outra perspectiva interpretativa do pós-estruturalismo em que afirma que todos os textos descontroem a si mesmos e não fazem afirmações absolutas para os leitores. Esta última nasce com Nietzsche, mas é consolidada com Jacques Derrida.

<sup>8</sup>A filosofia da linguagem ordinária surgiu em Cambridge e Oxford durante os anos de 1940 e 1950. Em Cambridge, segundo Vanhoozer, Ludwig Wittgenstein compreendeu que há “jogos de linguagem” em que as palavras são usadas de formas diferentes para fazer coisas diferentes. Assim, “o significado de uma palavra ou oração reside nas regras para seu uso real em uma situação de vida real”. Já em Oxford, John Langshaw Austin, filósofo da linguagem que fez parte da escola de filosofia analítica de Oxford, uma filosofia da linguagem produto sob uma interpretação literal, ao contrário, por exemplo, dos estudiosos do Círculo de Viena, desenvolveu a teoria dos atos de fala compreendendo que a melhor maneira de estudar a relação da linguagem era “examinar as situações nas quais usamos (ou não usamos) determinadas expressões”. Portanto, a filosofia da linguagem ordinária analisa o arcabouço (o que está sendo dito, quando se está dizendo, as circunstâncias e as situações específicas) tão importante quanto as próprias palavras. Por isto, este artigo se propõe a enxergar os evangelhos sinóticos como *ato(s) de fala dentro do seu próprio contexto* e não apenas a *palavra* como unidade básica do significado.

<sup>9</sup>A teoria dos atos de fala consiste em que dizer ou escrever é fazer, é uma teoria de ação. Para atingir a compreensão do texto, precisa saber o que o texto faz.

Para fins de objetividade, este artigo se direciona na locução de Mateus e sua estrutura (como se apresenta e qual valor para o entendimento de sua ilocução). Em seguida, o artigo se deterá na ilocução e perlocução. Além da relevância no que concerne ao intenso debate sobre a divindade de Jesus diante do espírito cético de nossa época, este trabalho contribui com outros estudos e no contexto eclesiástico, ora convencendo a respeito à divindade de Jesus, ora fortalecendo a fé da igreja. Há, portanto, a necessidade de compreensão dos evangelhos sinóticos ao trazer respostas à luz destas polêmicas, no esclarecimento exegético-literário e de más interpretações que constantemente leva a uma doutrina e prática equivocada. Sem pretensão de ser exaustivo, mas pontual em sua proposta, o artigo será abordado de duas perspectivas, a saber: estudo textual e teológico.

## 1. Estudo textual

### uma análise contextual e gramatical

Para Osborne (2009, p. 43), a primeira etapa de uma pesquisa séria da Bíblia é olhar para o contexto mais amplo dentro do qual uma passagem se encontra. Osborne esclarece que o contexto é o que providencia a situação subjacente ao texto, identificando as principais divisões e subdivisões, o assunto básico ou o propósito. Identifica-se, portanto, que os autores bíblicos obedeceram a convenções literárias claras e que tinham domínio dos principais gêneros literários da época. É perceptível a forma como eles contavam histórias com enredo bem sofisticado. A propósito, Bezerra esclarece que por mais simples que possa parecer, definir o modo como se deve lidar com um texto (seu contexto literário) nesta etapa do estudo, ajuda a identificar o propósito do autor, bem como os limites da perícope. Dessarte, não é de se admirar que comumente, segundo Bezerra, as críticas aos evangelhos visam, “mesmo que de maneira implícita e sutil, a posicioná-los como históricos e, diga-se de passagem, um historicismo típico do movimento iluminista, o que caracteriza um anacronismo” (BEZERRA, 2018, p. 173). Assim, o ato locucionário de Mateus revela-se em sua estrutura literária.

Vanhoozer exemplifica a teoria *dos atos de fala* da seguinte maneira: “Seu lema, em oposição direta a Derrida, poderia muito bem ser: ‘Não existe nada (e.g., enunciado, texto) fora de um contexto’. Para os filósofos da linguagem ordinária,

a chamada ‘guinada linguística’ não é uma complicação insolúvel, mas, sim, uma solução para determinados problemas filosóficos duradouros” (VANHOOZER, 2005, p. 243).

É com Searle<sup>10</sup> que a teoria dos *atos de fala* foi sistematizada. Os elementos da teoria dos atos de fala são: *locução*, que são as palavras em um texto, o que é falado ou ato de escrever; a *ilocução* que é a intenção comunicativa, ou seja, é o conteúdo em si; e a *perlocução* é a reação que o autor deseja dos leitores, o que o autor gostaria que seus leitores fizessem. Em referência a teoria dos atos de fala Klein, Blomber e Hubbard diz:

Para comunicar, um autor codifica algum conteúdo proposicional em uma forma literária ou oral específica. A forma (por exemplo, o gênero) pode até ser escolhido porque é o melhor “recipiente” para transmitir a “energia” e conteúdo para alcançar o propósito desejado, isto é, produzir o efeito desejado sobre os leitores, seja para persuadir, para prometer, para informar, para advertir, para orientar, para exortar etc. Para explicar o “sentido” em um texto exige um entendimento desses aspectos da comunicação (KLEIN, BLOMBER E HUBBARD, 2017, p. 302).

Além disso, Vanhoozer (2005, p. 246) apresenta proposições básicas que fazemos com a linguagem proposta por Searle, a saber: “dizemos às pessoas como são as coisas, tentamos levá-las a fazer coisas, comprometemo-nos a fazer coisas, expressamos nossos sentimentos e atitudes, e causamos mudanças por meio de nossos enunciados”. Estas perspectivas são identificadas nos evangelhos sinóticos. Ao compreender o relato de Mateus à luz da teoria dos atos de fala, percebe-se o ato comunicativo sobre o sentido que o autor pretendeu transmitir, o sentido que o leitor entende e o sentido real transmitido pelas palavras e gramática do texto.

Fee e Stuart (2011, p. 170), destaca que havia três componentes na composição de uma narrativa nos evangelhos: seletividade, harmonia e adaptação. A seletividade precisa ser feita para alcançar o propósito desejado.<sup>11</sup> No entanto, para os autores,

---

<sup>10</sup>John Rogers Searle é um filósofo analítico e escritor norte-americano. Foi professor emérito da Universidade de Berkeley. Ele é membro da Academia Americana e Europeia de Artes e Ciências.

<sup>11</sup>É importante entender que esta seletividade foi por meio de uma coleção limitada de matérias determinada previamente pelo evangelista com inevitável arbitrariedade.

era necessário harmonizarem e adaptarem aquilo que era selecionado por causa dos primeiros leitores, caso contrário, não haveria comunicação e os evangelistas não alcançariam o propósito, e isto explica em grande parte o problema sinótico. Além do mais, para Fee e Stuart (2011, p. 163), nenhum evangelista tinha interesse que seu evangelho fosse lido em paralelo com os demais, e isto é notório pela forma como foram estruturados, pelos verbos empregados e pelo conteúdo a partir do seu inclusio.<sup>12</sup>

Por sua vez, os evangelhos têm um gênero literário próprio. Este gênero literário é uma narrativa, sendo seletivas e ilustrativas com objetivo de apresentar biografias completas, como é o caso do evangelho de Mateus. Dentro deste gênero pode-se ter subgêneros como, parábolas, discursos diretos, cartas, literatura sapiencial, tragédia, heroico, além de poder conter estruturas como paralelismo, quiasmo, e construção acróstica. A forma como Mateus desenvolve seu evangelho reflete este gênero literário. Assim, para Carson (2010, p. 59), a interpretação do texto é afetada pela compreensão do seu gênero literário. Klein, Blomber e Hubbard (2017, p. 365) apresenta este princípio básico da hermenêutica bíblica em que o sentido pretendido de qualquer texto bíblico deve ser coerente com o contexto literário do qual o texto faz parte.

Portanto, para os autores, submeter a interpretação ao contexto literário traz o fluxo do pensamento. Isto acontece porque os autores, neste caso os evangelistas Mateus, Marcos e Lucas procuraram organizar seus pensamentos a fim de comunicá-los bem. O texto bíblico também deve ser coerente com o contexto literário, pois esta coerência proporciona o sentido preciso das palavras. A importância deste princípio resguarda as palavras de ficarem soltas e desconexas, trazendo coesão ao texto. E por último, o contexto literário define os relacionamentos corretos entre as palavras, orações e parágrafos (2017, p. 366-70). Por exemplo, é identificável no evangelho de Mateus cinco grandes estruturas que desenvolvem um tópico, as quais terminam com a seguinte construção: “quando Jesus acabou de proferir estas palavras (7.28); “ora, tendo acabado Jesus de dar estas instruções” (11.1); “tendo Jesus proferido estas palavras” (13.53); “e... concluindo Jesus estas palavras (19.1); “tendo Jesus acabado todos estes ensinamentos” (26.1).

---

<sup>12</sup>Inclusio é usado para identificar o tema, e a construção do texto deve ser lido à luz deste tema. Por exemplo, o inclusio ou o tema do evangelho de Marcos é Jesus como Filho de Deus.

Outro contexto importante é o *contexto remoto*. Este exerce o controle importante sobre o sentido do texto, principalmente por definir o arranjo estruturado pelo autor, possibilitando assim, identificar o tema ou seu propósito. A perícope começa de forma a causar possível confusão com a cronologia dos fatos.<sup>13</sup> A perícope inicia (v.1) com o relato de Jesus embarcando e indo para Cafarnaum. Este versículo parece ser a continuação da perícope anterior (usado como uma sentença de transição para o relato que se segue) e não como parte da períope pesquisada (9.1-8). O problema aumenta quando Carson (2010, p. 266) destaca a possibilidade da períope antecedente ser cronologicamente posterior (cf. Mc 5.1-20). Porém, Bock (2006, p. 99) compara em relação a Marcos que a disposição de Mateus é diferente quanto ao propósito. Por exemplo, a cura do paralítico é a parte final de uma segunda tríade de curas de um total de três (Mt 8.19.34), apesar de cada tríade ser quebrada com algum tipo de resumo ou ensino. Marcos e Lucas relatam posteriormente este relato. Também para Hendriksen (2010, p. 588) a disposição de Mateus é mais temática do que cronológica, mas ele não ver contradição quanto a cronologia do relato em comparação a Marcos e Lucas, já que o evangelista não inicia o relato com alguma referência a tempo específico.<sup>14</sup>

Mas o que faz desta períope ser narrativa? Onde começa e onde termina? A períope é demarcada por alguns fatores importantes. Esta delimitação é identificada por características gramaticais, aspectos narrativos, palavras-chave, convenções retóricas e divisão de temas. Por exemplo, Mateus não tem a intenção de transformar esta períope em uma história de controversa,

---

<sup>13</sup>É importante destacar que não se sabe ser esta uma preocupação para os primeiros leitores (a depender das fontes), pois é provável que os primeiros leitores compreendessem bem o estilo de Mateus, pois o conjunto de informações sobre a vida de Jesus já circulava era proclamada (querigma)

<sup>14</sup>Ao contrário de Mateus, Marcos inicia o relato com a expressão “depois de alguns dias”; Lucas inicia seu relato com a expressão “num daqueles dias” evidenciando um aspecto mais cronológico do que temático. É preferencial que se siga a cronologia de Marcos sobre o relato. O evangelho de Mateus é metódico, sendo caracterizado pela ordem temática. Isso é evidenciado, por exemplo, pela genealogia que é dividida em três grupos de quatorze, os seis grandes discursos de Cristo, e até mesmo a estrutura quiasmática é identificada sendo sua estrutura literária.

mas a perícope é bastante movimentada.<sup>15</sup> Os diálogos são constantes e intensos, além dos comentários curtos sobre a cena facilitando a compreensão do leitor<sup>16</sup>. Outra delimitação é geográfica. O verbo διεπέρασεν (*dieperasen*, lit. passou para, atravessou) indica mudança de cenário.

Outro fator que faz dessa períope independente é a partícula demonstrativa ou apresentativa ἵδοὺ. Sua função é chamar a atenção para o que se segue, dando uma nova forma e tema ao texto. Há também mudança de personagens e de contexto situacional. Jesus não está lidando mais com o mundo natural (Mt 8.23-27) nem com o mundo propriamente dito espiritual (Mt 8. 28-34), mas com cura, perdão de pecados e com um ambiente social e religioso.

Portanto, podemos conceber que os evangelistas, algumas vezes, se sentiam à vontade para arranjar os eventos ao invés de apresentar uma sequência cronológica. Mateus chamou atenção na estrutura dessa períope para os milagres de Jesus e a relação (destes milagres) com sua autoridade. Além do mais, por que não inferir, como aponta Bezerra (2018, p. 181), que Mateus pode estar desenvolvendo um recurso mnemônico dentro de uma cultura predominantemente de tradição oral? Além disso, Tenney (2008, p. 163) ainda aprecia o evangelho de Mateus como uma interpretação biográfica da vida de Cristo aplicando de forma tópica. Por isto Mateus não está preocupado com a ordem dos acontecimentos. Além do mais, Fee e Stuart infere que comunidades (cristãs) diferentes tinham a necessidade de ter um livro que falasse sobre Jesus, e isto parece óbvio, pois como os próprios autores entendem, o “evangelho escrito para uma comunidade ou grupo cristãos não satisfazia necessariamente as necessidades de outra comunidade” (FEE; STUART, 2011, p. 155).<sup>17</sup>

O evangelista Mateus fornece um testemunho rico de vários milagres apresentando provas do poder de Jesus. Nota-se que autor é curto na descrição.

---

<sup>15</sup>A conjunção καὶ, por exemplo, ocorre nove vezes indicando movimento de personagens, sentenças e temas, além de dar ritmo ao texto (e entrando num barco; *e* eis que lhe traziam; *e* Jesus tendo visto; *e* eis que alguns escribas; *e* tendo percebido; levanta-se *e* anda; toma o teu leito *e* vai; *e*, ao levantar-se; *e* tendo visto isto).

<sup>16</sup>Por exemplo, Mateus apresenta Jesus saindo de Gadara, entrando num barco e chegando em casa. Nos versículos seguintes, Jesus já está perdoando pecados, debatendo com os escribas e curando.

<sup>17</sup>Por exemplo, havia comunidades cristãs apenas de gentios, outras de gentios e judeus, ou predominantemente de judeus.

Simplesmente menciona que um paralítico estava sendo trazido a Jesus. Diferente de Marcos e Lucas, Mateus utiliza o verbo προσέφερον (*prosepheron*, lit. trouxeram) que está no tempo verbal imperfeito.<sup>18</sup> Logo, o evangelista ao descrever que trouxeram o paralítico, focaliza o progresso da ação ou estado no passado do ponto de vista dele, trazendo vividez e/ou simultaneidade. Percebe-se então que o ato de fala depende da verificação da intenção do autor por parte do leitor que, no que lhe concerne, deve respeitar os princípios semânticos.

Até aqui analisou-se a locução do ato comunicativo de Mateus, ou seja, o texto em si. Procurou-se compreender a estrutura, o contexto literário e o contexto remoto. A seguir se dissertará sobre a ilocução e perlocução, ou seja, seu conteúdo e o efeito desejado nos ouvintes respectivamente.

## 2. Estudo teológico

Assim, a estrutura que Mateus desenvolve segue uma lógica temática em que é perceptível o conceito da autoridade de Jesus. Thielman (2007, 104-16) aponta cinco observações de como Mateus estabeleceu uma argumentação plausível sobre a autoridade<sup>19</sup> de Jesus aos seus primeiros leitores, a saber: Jesus cumpriu

---

<sup>18</sup>Rega e Bergmann (2004, p. 130) apresenta este tempo verbal sendo apropriado para narrativas, principalmente por causa da mudança tópica. Para Wallace (2009, p. 541), o imperfeito pode conter um aspecto interno, ou seja, o imperfeito pode retratar a ação dentro do evento sem considerar início ou fim, retratando a ação como se desenrola.

<sup>19</sup>Ao olhar para o contexto canônico do AT, identifica-se muitas passagens quanto a divindade de Cristo, a maioria delas em Isaías e Salmos. Em Isaías 7.14 Jesus é chamado de Emanuel, que significa Deus conosco. Ao lermos a perícope de Isaías 9.1-2 comprehende-se por que Mateus disse que Jesus, atravessando o mar, foi para sua própria cidade. Isaías diz que não haverá mais escuridão para a Galileia dos gentios. Isaías 53.4 relata seu ministério de cura, aplicando agora ao paralítico. Malaquias 3.1, expressa a divindade de Jesus como Senhor. No NT, Paulo escrevendo para a igreja em Colossos afirma que em Cristo habita toda a plenitude da divindade (Cl 2.9). Além disso, Jesus fez reivindicações que só cabem a Deus, por exemplo, disse que possuía anjos (Mt 13.41 - cf. Lc 12.8; 15.10), disse que possuía um Reino (Mt 13.41; cf. Lc 12.31), Jesus perdoou pecados e isto só cabia a Deus (Lc 5.17-26), Jesus é o Juiz (função que os demônios em Gadara pressuporiam), posição atribuída a Deus (Mt 25.31s (cf. Ec 3.17). Jesus é Senhor do sábado (Lc 6.5 cf. Ex 20.7-11), Jesus possui a mesma essência de Deus (Jo 10.30; 14.7-10), os Judeus entenderam muito bem que Jesus se fez igual a Deus (Jo 8.58; 10.31-33

as Escrituras de Israel, incorporou a lei e a sabedoria, apresentou sua identidade como o novo maior Moisés, o filho messiânico de Davi e o Filho de Deus e personificou Israel. É sobre esses elementos, segundo Thielman, que Mateus estabeleceu sua teologia.

Além disso, a expressão *Filho do Homem* em Mateus, relacionada à sua autoridade, descreve o caráter de Cristo e sua missão à luz de Daniel 7.13. Doulas (2006, p. 677) comprehende que Cristo ao se identificar com o Filho do Homem, a quem é dado domínio sobre todas as nações, proclamou seu divino caráter messiânico e a certeza do seu triunfo sobre seus inimigos. Apresentando seu evangelho como o mais judaico, o evangelista herda e reinterpreta o conceito judaico de um messias.<sup>20</sup> De acordo com Longcnecker (1970, p. 63), a mente semítica prefere pensar na ideia de messias em funções ao invés de pessoas, o que pode explicar a ênfase na era messiânica e não necessariamente na pessoa do messias. Entretanto, Mateus enfatiza a autoridade de Jesus nos atos de ensinar, curar, de perdoar pecados, no envio dos discípulos para proclamação e na expulsão de demônios, com seu clímax na morte, ressureição e ascensão, às duas percepções messiânica: a pessoa e a era (escatológica). Destarte, para Shedd (2013, p. 40), este título define Jesus como o Messias prometido não apenas como humano, mas também divino. O quadro que Mateus pintou

---

cf. Ex 3.14; Lv 24.16). O Testemunho dos escritores bíblicos (Jo 1.1; Hb 1.3; 2Co 4.4; Hb 1.8,10; Cl 1:15-20; 2:9; 2Tm 4.1; Rm 14.10; Fp 2.5-10 (morph). O termo Senhor/ SENHOR: no Novo Testamento é usado para referir-se a Jesus, e no antigo refere-se a Deus (Rm 10.9,13 cf. Jl 2.31,32), além do mais é de uso intercambiável entre Deus e Jesus (Mt 1.20; Lc 2.11). Os títulos atribuídos a Jesus: Criador (Gn 2.3 cf. Jo 1.3 e Cl 1.16); Luz (Sl 56.13 cf. Jo 8.12); Pastor (Sl 23.1 cf. Jo 10.11); Juiz (Sl 7.11 cf. Jo 5.27); O primeiro e o último (Is 44.6 cf. Ap 1.17); Redentor (Os 13.14 cf. Ap 5.9); Salvador (Is 43.11 cf. Lc 2.11).

<sup>20</sup>É importante destacar que Guthrie (2011, p. 240) aponta que não há um conceito unificado a respeito daquele que deveria inaugurar a era vindoura. Alguma indicação deve ser dada acerca do conceito de Messias nas quatro principais fontes do Judaísmo da época - o AT, os apócrifos e a literatura pseudoepigráfica, os rolos de Qumran e os escritos rabínicos. Guthrie exemplifica dizendo que na literatura de Qumran há dois Messias, um de Aarão e um de Israel. Como a seita de Qumran era uma comunidade sacerdotal, não é surpreendente descobrir que o messias em Arão tem proeminência no messias em Israel.

acerca do Filho do Homem reconhecido pela igreja é autoconsciente, ou seja, o que ele [Jesus] pensou e creu sobre si mesmo, e transcendente. Seria muito estranho acreditar em outras declarações que Jesus fez dele mesmo (curas, perdão de pecados, julgar) e não reconhecer que ele se autodeclarou Filho do Homem (concernente a sua divindade).

Mateus acrescenta que Jesus ao dizer que os pecados do paralítico tinham sido perdoados, os escribas pensaram entre si e disseram que Jesus estava blasfemando.<sup>21</sup> Bock (2006, p. 100) nota que cada evangelista registrou que Jesus sabia o que seus questionadores pensavam,<sup>22</sup> mas apenas Mateus relata que os pensamentos dos escribas eram maus, além de um elemento de confrontação. Mateus estrutura este relato para fazer o contraste entre um homem doente e impossibilitado de andar, mas que Jesus viu a fé dele; e os mestres da lei, que mesmo conhecendo da Lei, não reconheceram o próprio Deus.

Carson (2010, p. 268) destaca duas características e um desdobramento da resposta de Jesus aos escribas. Primeira, Jesus não responde de maneira cética, ou seja, que é mais fácil dizer que estão perdoados os teus pecados, do que dizer: ‘Levanta-te e anda’, já que perdoar pecados não é verificável empiricamente. Mas Jesus responde de acordo com a perspectiva dos escribas que é mais fácil dizer: “Levante-se e ande”, uma vez que só Deus tem essa prerrogativa de perdoar pecados. A segunda característica que Carson destaca é ironia. Jesus afirmou fazer o mais difícil. Se Jesus estivesse blasfemando, como então operou o milagre (cf. Jo 9.31)? A ironia é visível no versículo 6 quando, parafraseando, Jesus disse: tudo bem, eu também sei fazer a obra menor (da perspectiva dos escribas). De acordo com Stein (1978, p. 114, apud ERICKSON, 2015, p. 659) entende que

---

<sup>21</sup>Douglas (2006, p. 173) informa que no Antigo e Novo Testamento a blasfêmia era um ato afrontoso. Por exemplo, à luz de Levítico 24.10-23 e 1Reis 21.9, a penalidade contra a blasfêmia era a morte. A primeira ocorrência desta natureza foi de um israelita filho de um egípcio (2Rs 19.6,22). No Novo Testamento a blasfêmia era algo punido com morte (At 6.11; 7.58). Este contexto explica a fúria dos escribas, pois as narrativas dos evangelhos deixam claro que escribas e fariseus eram zelosos na tradição.

<sup>22</sup>O particípio ἴδων (lit. ver, um particípio aoristo de εἴδον) neste sentido é metafórico (parafrástica). A tradução (v.4) “conhecendo”, “percebendo”, faz jus ao aspecto metafórico, já que pensamentos não se podem ser vistos. Várias traduções também mantém a mesma perspectiva (ARA, NVI, ARC, KJV).

os escribas entenderam a atitude de Jesus “como o exercício de uma prerrogativa divina, o poder de realmente perdoar pecados”. E Erickson ainda acrescenta que se os escribas tivessem entendido errado sobre a declaração da divindade de Jesus, este poderia esclarecer, o que não ocorreu, pois Jesus tinha a consciência de sua divindade.

Como Jesus resolveria o dilema do versículo sobre sua autoridade como Deus? Bock (2006, p. 100) identifica que Jesus aproximou duas coisas: perdão e cura. Esta demonstração de autoridade é precedida por uma expressão, a saber: “para que saibais que o Filho do Homem tem autoridade sobre a terra para perdoar pecados”. Bock ainda resume dizendo que o ato de Jesus perdoar é controverso porque a afirmação é controversa do ponto de vista que não pode comprovar empiricamente o perdão dos pecados. Mas quem questionariam a cura?<sup>23</sup>

A construção da sentença pelo tradutor *ἴνα δὲ* (lit. mas, para que; porém, a fim de) tem uma função importante no que se segue. Mateus utiliza *δὲ* (uma forma mais fraca de *alla*,)<sup>24</sup>, e *ἴνα*, uma conjunção, que neste texto é usada como advérbio de propósito. A importância desta construção é chamar atenção dos ouvintes, preparando-os para o que eles estavam prestes a ver. Esta expressão liga a sentença anterior (se contraponto ao que foi dito anteriormente), com a função de mostrar que Jesus é Deus. O vocábulo *εἰδῆτε* (lit. saibais/continuem sabendo) se liga à expressão *ἴνα δὲ* com o intuito de fazê-los (os escribas e fariseus) conhecedores de que Jesus é Deus, não para experimentá-lo nem para confrontá-lo mais, mas para unicamente saberem que Jesus é Deus,<sup>25</sup> diferente do paralítico que soube e experimentou da divindade de Jesus porque creu. Assim, à medida que Jesus confrontava os escribas e fariseus mostrando o que eles pensavam, Mateus deixa implícito no texto de forma até irônica que Jesus tem um conhecimento que é próprio de Deus. Somente Deus conhece o interior do

---

<sup>23</sup>Parece que o empirismo não é somente uma característica do período moderno nem nasceu com as ideias científicas. Mais que um método, o empirismo é resultado de um afastamento de Deus.

<sup>24</sup>Conjunção adversativa e copulativa. (Rega e Bergman, 2004, p. 390; Mounce, 2012, p. 164).

<sup>25</sup>À luz de Lucas 5.17 identificamos que havia fariseus e escribas de toda região da Judeia e Jerusalém. Por isto a expressão *ἴνα δὲ εἰδῆτε* deveria chegar a todas estas regiões. Eles deveriam voltar e testificar.

homem, e Jesus demonstrou sua divindade ao revelar o que os escribas e fariseus estavam pensando. O texto de Mateus informa outra construção que autêntica e reconhece a divindade de Jesus: *levantar-se* (para os que estavam presentes na casa), *tomar o leito e ir para casa* (as pessoas que o encontrasse no caminho de volta e para a família daquele paralítico).

Para Carson (2010, p. 268), a expressão em Mateus οἱ ὄχλοι ἐφοβήθησαν καὶ ἐδόξασαν τὸν θεὸν<sup>26</sup> (lit. as multidões, cheias de temor, glorificaram a Deus) aparece nos melhores manuscritos, mas ele mesmo percebe uma falha em alguns copistas. Por exemplo, na versão UBS 4 ed., usou-se a tradução do verbo εθαυμασαν<sup>27</sup> (lit. maravilhou-se), assim, para Carson, os copistas suavizaram o sentido do texto e o propósito do autor. Já a NVI traduziu por cheio de temor, mas Carson diz que ainda sim é parafrástico. Mas em todo caso, a ideia é que as multidões ficaram com um misto de medo e perplexidade. Pode-se entender que este temor era como uma resposta a tudo que viram e ouviram de Jesus, especialmente o poder para perdoar. Mateus ocupa-se em materializar os princípios da messianidade e divindade de Cristo para os leitores.

Numa perspectiva teológica, o evangelho de Mateus é muito importante para a mensagem de hoje. Assim como no Israel no tempo de Jesus, em nossa época não é muito diferente quanto ao reconhecimento da divindade de Jesus. O agir revelacional de Deus foi dada em circunstâncias históricas bem definidas e através de atos históricos. Fee e Suart (2011, p. 175) comprehende que a teologia fundamental do Novo Testamento é escatológico. Aplicado este conceito aos evangelhos, ele afirma que: “ninguém ouse pensar que pode interpretar corretamente os evangelhos sem um claro entendimento do conceito do reino de Deus no ministério de Jesus” (2011, p.175). Neste sentido, o reino de Deus envolve dois grandes momentos: o cumprimento no cenário da história humana e a consumação no fim da história. Portanto, o uso que Mateus faz da autoridade (expressada verbalmente e aplicada por Jesus), coloca Jesus como aquele que já inaugurou o reino, *mas* ainda não o consumou. É assim, nesta tensão, que todo aquele cujo pecados foram perdoados vivem (1Co 3.22; 5.10;

---

<sup>26</sup>Esta expressão está presente nos textos Alexandrino, ocidental e cesariano (§ B D W 0281 f<sup>1</sup> 33. 892. 1424 lat sy<sup>s-p</sup> co)

<sup>27</sup>Este verbo aparece nos textos (C K L N Γ Δ Θ f<sup>13</sup> 565. 579. 700. / 844. / 2211.

11.26; Fp 3.10-14; 20,21; Ef 6. 10-17). Assim, podemos dizer que o reino tanto é um evento futuro como uma realidade espiritual presente.

Para Ladd (2003, p. 83) o reino de Deus é o reino de Jesus. O reino de Deus tem sido considerado o centro da atividade de Jesus. Ele não tem anunciado um novo conceito, mas o fato de que o reino já é presente (Jo 4). Este reino tem algumas características importantes, a saber: este reino designa o ato escatológico de Deus quando agir em poder reinando para destruir seus inimigos e salvar seu povo. Também designa a aérea da salvação, quando o povo de Deus vai desfrutar da alegria e bênçãos do Seu reino. Além disso, o maior desenvolvimento feito na proclamação de Jesus foi o da presente entrada do reino na história através de Sua missão e obra. Ladd, por exemplo, considera este o elemento mais distintivo no ensino de Jesus (Mt 6.33;13.44; 21.31; Mc 10.15; Lc 10.9;12.32;17.20). Em Mateus o mistério do reino é cumprido em Jesus (Mt 12.28), o próprio evangelista resume seu evangelho dizendo que “percorria Jesus toda a Galiléia, ensinando nas sinagogas, e pregando o evangelho do Reino”.

O ato ilocucionário e perlocucionário em Mateus nos permite enxergar o conteúdo desta perícope, bem como os efeitos que o evangelista procura causar em seus leitores. Sua ilocução diz respeito à divindade e autoridade de Jesus promover seu reino, seja controlando as forças da natureza, dominando sobre o mundo espiritual ou sobre o mundo físico de sofrimentos e, como apontado por Ladd (2003, p. 38), “a redenção é a atividade divina cujo objetivo é a libertação dos seres humanos, como indivíduos e como sociedade, de seu dilema pecaminoso, assim como sua restauração a uma posição de comunhão e de favor com Deus”. O seu ato perlocucionário é consiste numa vida de serviço e reconhecimento grato e fiel na promoção deste reino ao apresentar Jesus como o tão aguardado rei no cumprimento do plano redentivo de Deus. Além do mais, os cidadãos deste reino devem viver na esperança de que o seu rei voltará e fará tudo novo. Mateus desperta nos primeiros leitores o chamado para a vida no reino (28.18-20).

## Considerações finais

Apesar das polêmicas que envolvem a natureza e o caráter dos evangelhos sinóticos, identificou-se que os evangelistas se sentiam à vontade para organizar seus relatos sobre a vida de Cristo de forma que alcançassem seus objetivos. Por conseguinte, o evangelista Mateus é direto em seu relato ao demonstrar uma resolução

sobre a divindade e autoridade de Jesus a uma igreja que precisava ser lembrada desta verdade evidenciada pelo perdão, onisciência e poder de curar, uma prerrogativa que só cabe a Deus. Nesta direção, comprehende-se que todos os evangelhos, apesar de suas peculiaridades, concordam que Jesus é o Deus encarnado.

Embora haja diferenças e semelhanças entre os evangelhos sinóticos (o que é de se esperar), formas de interpretação nocivas ao texto e seu contexto proposta pela hermenêutica pós-estruturalista tem deixado rastros de destruição literária e de interpretação. Por isto, o artigo apropriou-se da correspondência entre a teoria dos atos de fala e a leitura interpretativa do evangelho de Mateus 9.1-8 para uma melhor compreensão do texto. Foi através da teoria dos atos de fala que identificamos a locução, ilocução e perlocução de Mateus 9.1-8, explorando como o texto se estrutura e seus respectivos contextos, e gramática; depois seu conteúdo, evidenciando como Mateus faz uma defesa da divindade e autoridade de Jesus e seu reino. E por fim, como os seus leitores devem viver a partir do conteúdo apresentado.

Portanto, concluímos que não se deve “constranger” o texto de Mateus nem o próprio autor, de forma anacrônica, para harmonizar-se com as convenções interpretativas da modernidade, tampouco acusar o evangelista de falsear ou inventar relatos totalmente desconexos com outros evangelhos, principalmente sem levar em consideração seu propósito, estilo e leitores. Finalmente, o evangelho de Mateus dá uma perspectiva clara do reino de Deus que foi inaugurado por Jesus, mas ainda não consumado, e que esta vida do reino é baseada na ética do reino. Este mesmo Jesus continua curado, conhecendo e perdoando pecados significando que sua divindade não é um estado, mas sua própria natureza.

## Referências

- ELDON, George. O evangelho do reino: estudos bíblicos sobre o reino de Deus. São Paulo: Shedd Publicações, 2008.
- \_\_\_\_\_. O comentário de Marcos. São Paulo: Shedd Publicações, 2018.
- BEZERRA, C. Alberto. Deceptionados com a Bíblia: posso confiar no texto do novo testamento? Eusébio, Ce: Peregrino, 2018.
- BÍBLIA SAGRADA. Revista Almeida e atualizada. Sociedade bíblica do Brasil. Barueri-Sp, 1998.

- BOCK, Darrell. L. Jesus segundo as escrituras: introdução e comentário aos evangelhos. São Paulo: Shedd Publicações, 2006.
- BRUCE, F.F. História do novo testamento. São Paulo: Vida Nova, 2019.
- BULTMANN, R. History of the Synoptic Tradition. Trans. John Marsh. Revised ed. Peabody: Hendrickson, 1963. p. 462.
- CARSON, D. A. O comentário de Mateus. São Paulo: Shedd Publicações, 2020.
- CARSON, D.A; MOO. J. Douglas; MORRIS, Leon. Introdução ao Novo Testamento. São Paulo: Vida Nova, 1997.
- COMFORT, W. Philip. Manuscritos do novo testamento: uma introdução à paleografia e à crítica textual. São Paulo: Vida Nova, 2022.
- DONALD, Guthrie. Teologia do novo testamento. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- DOUGLAS, J. D. O novo dicionário da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 2006.
- DOUGLAS, Stuart; FEE, Gordon. D. Entendes o que lês? São Paulo: Vida Nova, 2011.
- EDWARDS, R. James. O comentário de Lucas. São Paulo: Shedd Publicações, 2019.
- ERICKSON, M. J. Teologia sistemática. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- FEE, D. Gordon; STUAT, Douglas. Entendes o que lês? Um guia para entender a Bíblia com auxílio da exegese e hermenêutica. São Paulo: Vida Nova, 2011.
- GUTHRIE, G. H. Cohesion Shifts and Stitches in Philippians. In Discourse Analysis and Other Topics in Biblical Greek.
- GUTHRIE, Donald. Teologia do Novo Testamento. São Paulo: Cultura Cristã, 2011.
- HENDRIKSEN, William. Comentário do novo testamento: Mateus Volumes 1 & 2. São Paulo: Editora Cultura Cristão, 2010.

- HESSELGRAVE, David. J. A comunicação transcultural do evangelho. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- KLEIN, W. William; BLOMBER, Craig; JUNIOR, R. L. Hubbard. Introdução à interpretação bíblica. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- LADD, G. E. Teologia do Novo Testamento. São Paulo: Hagnos, 2003.
- LONGENECKER, R. N. The Christology of Early Jewish Christianity. London: SCM, 1970, p. 63.
- MACDONALD, William. Comentário bíblico popular do novo testamento. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.
- MOULE, C. F. D. As origens do Novo Testamento. Trad. Josué Xavier. São Paulo: Paulinas, 1979, p. 270.
- MOUNCE, William. D. Léxico analítico do Novo Testamento Grego. São Paulo: Vida Nova, 2013.
- NESTLE-ALAND. *Novum Testamentum Graece*, 28th Edition (Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 2012).
- OSBORNE, R. Grant. A espiral hermenêutica. São Paulo: Vida Nova, 2009.
- PINTO, C. O. Cardoso. A estrutura literária do Novo Testamento: argumento e desenvolvimento. São Paulo: Hagnos, 2021.
- PLUMMER, Rob. Quarenta questões para se interpretar a Bíblia. São José dos Campos: Fiel, 2017.
- REGA, Lourenço, Stelio; BERGMANN, Johannes. Noções do grego bíblico: gramática fundamental. São Paulo: Vida Nova, 2004.
- STANTON, Graham. A gospel for a new people: studies in Matthew. Edinburgh: T. & T. Clark, 1992.
- TALBERT, C.H. What is a gospel? The genre of the canonical gospel. Philadelphia: Fortress, 1977.
- TENNEY, C. Merrell. O novo testamento: sua origem e análise. São Paulo: Sheed Publicações, 2008.

THIELMAN, Frank. Teologia do Novo Testamento: uma abordagem canônica e sintética. São Paulo: Shedd Publicações, 2007.

VANHOOZER, Kevin. Há um significado neste texto? Interpretação bíblica: os enfoques contemporâneos. São Paulo: Vida, 2005.

WALLACE, Daniel, B. Gramática grega: uma sintaxe exegética do novo testamento. São Paulo: Editora Batista Regular do Brasil, 2009.

ZUCK, Roy. A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia. São Paulo: Vida Nova, 1994.



Luiz Antônio Silva

#### Sobre o autor

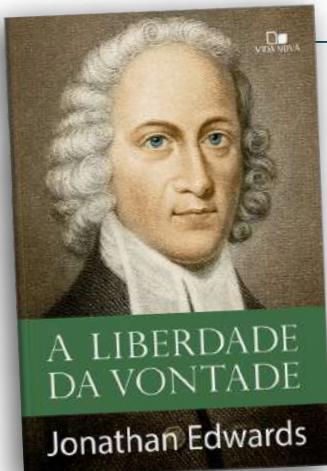
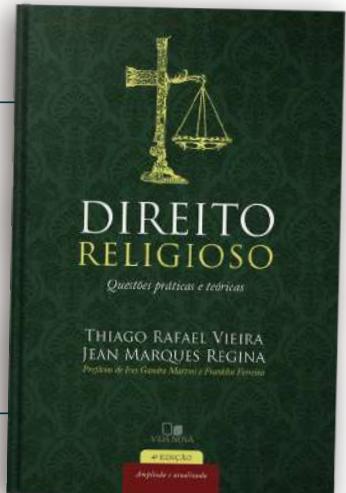
Licenciatura em Educação física pela Universidade Potiguar (UNP/2012-2015); bacharelado em Teologia com ênfase em Exegese pelo Seminário e Faculdade Batista do Cariri (SBC/FBC - 2016-2019); especialização em Educação Cristã Clássica pela Faculdade internacional cidade Viva (FICV/2021-2022); mestrandando em Estudos Bíblico-hermenêuticos pelo Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper. Capelão e professor de música e cosmovisão do colégio Palavra da Vida e professor de grego e exegese do Novo Testamento do instituto missionário Palavra da Vida.

# Lançamentos

Direito religioso - 4ª Ed. ampliada e atualizada  
Questões práticas e teóricas

Thiago Rafael Vieira e Jean Marques Regina | 16x23 cm | 592 p.

Essa nova edição conta com atualizações legislativas até março de 2023, e, além de várias revisões e acréscimos, inclui novas seções sobre a autonomia constitucional do Direito Religioso, a igreja e as eleições, usucapião extrajudicial e, em especial, o direito de pregar e o discurso de ódio.



A liberdade da vontade

Jonathan Edwards | 16x23 cm | 368 p.

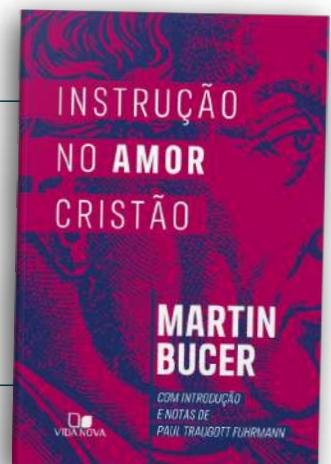
Uma obra impactante que serve como um guia filosófico-teológico para o livre-arbítrio das pessoas, sua agência moral e nossa responsabilidade perante Deus.

Jonathan Edwards escreveu essa obra em 1754, quando servia em Massachusetts como missionário para uma tribo nativa de índios Housatonic. Edwards, um dos filósofos e teólogos mais proeminentes dos Estados Unidos, trata com profundidade os pontos de vistas contrastantes de calvinistas e arminianos como livre-arbítrio, presciênciade Deus, determinismo, agência moral, além de outros assuntos.

Instrução no amor cristão

Martin Bucer | 14x21 cm | 96 p.

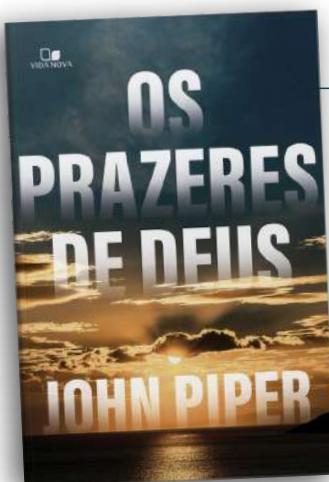
Nessa obra, o reformador Martin Bucer faz uma abordagem única da relação entre a obediência na piedade cristã e sua dimensão social. Com clareza e profundidade pastoral, Bucer nos exhorta, de um lado, a não vivermos para nós mesmos e, de outro, nos mostra como o cristão pode cumprir com seus deveres.



**Estamos juntos?**  
Um protestante analisa o catolicismo romano

R. C. Sproul | 14x21 cm | 160 p.

Nessa obra, o Dr. R. C. Sproul defende as doutrinas fundamentais do protestantismo em oposição aos erros da igreja católica romana. O autor, um defensor apaixonado do evangelho da justificação exclusivamente pela graça por meio da fé somente em Cristo, cita as declarações históricas dos reformadores protestantes e das autoridades católicas romanas; em seguida, reproduz as declarações doutrinárias modernas para mostrar que a igreja católica romana não mudou suas posições oficiais.



**Os prazeres de Deus**

John Piper | 16x23 cm | 336 p.

Nessa obra-prima teológica, escolhida pela revista *WORLD* como um dos cem livros mais importantes do século 20, John Piper apresenta as provas bíblicas que nos ajudam a compreender o que os prazeres de Deus nos revelam sobre Ele e como podemos desfrutar deles. Assim, refletiremos em profundidade, e de modo *gratificante*, servindo-nos da única fonte de onde brota a água viva.

**Não entoe canções a um coração aflito**  
Como se relacionar com pessoas que estão sofrendo

Kenneth C. Haugk | 14x21 cm | 160 p.

Alicerçado em um fundamento bíblico sólido e repleto de ideias práticas, *Não entoe canções a um coração aflito* o ajudará a encontrar as palavras e ações certas para levar a presença amorosa de Deus aos feridos em seus momentos de maior necessidade.

